

Quem disse ?

«Portugal precisa de estabilidade e, com o PS, vai continuar a ter estabilidade»

Jorge Coelho
Valença, 8 de Julho



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

FERNANDO KA
GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS
HELENA ROSETA
JORGE COELHO
LINO MENDES
MANUEL DOS SANTOS
PAULO PEDROSO

Opinião

Reunião do Secretariado Nacional

Chamar a oposição à responsabilidade

O Secretariado Nacional do Partido Socialista, reunido na passada segunda-feira, dia 9, no Largo do Rato, em Lisboa, decidiu apelar ao sentido de responsabilidade dos partidos da oposição.

A pressão dos socialistas relaciona-se com o processo de aprovação do Orçamento de Estado de 2002.

«O PS não acredita que a irresponsabilidade dos partidos da oposição se volte a repetir este ano», advertiu António José Seguro na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião do Secretariado Nacional do PS.

«A aprovação do próximo Orçamento é essencial para a estabilidade política e para a confiança na economia portuguesa, sobretudo, em vésperas da entrada em vigor do euro no bolso e nas carteiras dos portugueses», advertiu António José Seguro.

Depois de reafirmar a disposição do PS para negociar a viabilização da próxima proposta orçamental com todas as forças políticas da oposição, através de «um diálogo franco e aberto», Seguro denunciou a pretensão do líder do PSD, Durão Barroso, de «chumbar o orçamento, mesmo antes de conhecer o documento». Para António José Seguro, dirigente do PS e ministro adjunto do primeiro-ministro, «o País precisa de gente positiva».

Interrogado sobre a existência de duas correntes no Partido Socialista – uma que defende a aprovação do Orçamento a todo o custo e outra que apenas aceita após acordo com uma direcção partidária da oposição – António José Seguro afirmou que «esses cenários não foram debatidos na reunião do Secretariado Nacional».

GOVERNO EM DIÁLOGO EM CASTELO BRANCO

FAZER DA BEIRA BAIXA UMA DAS REGIÕES MAIS ATRACTIVAS



O primeiro-ministro, António Guterres, despediu-se no dia 7 de mais um «Governo em diálogo» com uma forte recepção popular em Castelo Branco e com a promessa de fazer da Beira Baixa, até 2010, uma das regiões mais atractivas do País. Ao longo de dois dias de visitas a concelhos do distrito, onde lançou diversos programas em várias áreas, o primeiro-ministro ignorou os ataques que lhe foram lançados pelo líder do PSD, assim como perguntas dos jornalistas sobre o facto das sondagens apontarem uma progressiva queda do PS, em benefício do PSD.

Sociedade & País

Visita oficial

Sampaio reitera apoio à adesão da República Checa



O Presidente da República, Jorge Sampaio, reiterou no dia 10, em Praga, República Checa, o «apoio firme de Portugal» ao alargamento da União Europeia, mas advertiu que os candidatos devem preparar bem a adesão.

Por outro lado, Sampaio defendeu a construção europeia com Estados-Nação e um Parlamento Europeu mais forte.

Sociedade & País

Desenvolvimento Humano

Desde 1975 Portugal melhora de vida



Portugal foi um dos países que mais evoluíram, nos últimos 25 anos, em matéria de condições e qualidade de vida da população, indica o último relatório anual da ONU sobre os níveis de desenvolvimento humano no Mundo.



Governo combate assimetrias regionais

O primeiro-ministro protagonizou, na semana passada, mais um «Governo em diálogo», desta vez em Castelo Branco. Acompanhado de vários ministros e secretários de Estado, Guterres recebeu vários banhos de multidão e viu reconhecido por autarcas e populares o empenho do Governo no combate às assimetrias regionais. «António Guterres não esqueceu a sua terra, não há memória de tantos investimentos no distrito de Castelo Branco», afirmou Joaquim Mourão, presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Convicto de que está no Governo para resolver os problemas dos portugueses, sobretudo dos mais carenciados, Guterres não se cansou de mostrar a obra feita no distrito e de salientar que a aposta feita pelo Governo socialista no desenvolvimento das cidades de média dimensão do interior do país têm sido o factor de sucesso para vencer o desequilíbrio entre o litoral e o interior, uma batalha que parecia completamente perdida graças à desastrosa política centralista do PSD. Recorde-se que na década de 80, mais de nove mil habitantes abandonaram o eixo de cidades Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, tendo-se registado um aumento de sete mil habitantes na última década.

Esta aposta na fixação de populações no interior é cada vez mais importante sabendo-se, como se sabe, que existe uma excessiva concentração populacional na zona litoral, com todos os problemas sociais, políticos e económicos que daí advêm. Esquecido e marginalizado durante anos pelos governos de maioria absoluta do PSD, o interior só agora começa a sentir os resultados da política socialista.

Os incentivos ao desenvolvimento do interior, efectuados pelos governos de António Guterres, através da construção e melhoria das infra-estruturas, construção de novos acessos rodoviários, extensão da rede de gás natural, construção da barragem do Salgueiro/Cafede, electrificação da linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa, lançamento de sistemas de abastecimento de água e saneamento no distrito de Castelo Branco e incentivos ao acesso às novas tecnologias de informação, são provas mais que suficientes da política descentralizadora deste Executivo.

Em paralelo, a política coerente de incentivos à criação, fixação e desenvolvimento de novas empresas e consequentemente do aumento dos postos de trabalho, tem sido determinante no combate aos desequilíbrios regionais.



GOVERNO VAI APLICAR LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

«O Governo vai aplicar a lei das finanças locais» era a grande manchete da edição de 14 de Julho de 1983 do «Acção Socialista».

Eram os tempos do início da actividade do recém-empossado Governo do Bloco Central.

Outra notícia a merecer relevo de primeira página, canto superior direito, era a intenção do Governo presidido por Mário Soares de dinamizar a adesão de Portugal à então CEE.

Artigos de opinião, intervenções dos deputados socialistas na Assembleia da República, artigos de opinião sobre temas da actualidade político-partidária, breves biografias dos secretários de Estado socialistas do IX Governo, notícias sobre trabalho e sindicalismo e sobre a actividade das secções e federações do PS integravam ainda esta edição do órgão oficial do PS.

J. C. C. B.

14 de Julho

Quem disse?

«Só em democracia há liberdade de expressão. Só em democracia floresce a imprensa livre»

Rodolfo Crespo



Águeda

Medalha de ouro municipal para Manuel Alegre

O poeta Manuel Alegre foi no dia 8 galardoado com a medalha de ouro municipal de Águeda, a mais alta distinção da sua terra natal, pondo termo a controvérsias políticas locais.

Apesar de ter sido anteriormente agraciado por associações locais, o camaradã Manuel Alegre nunca tinha sido homenageado pelo poder local, de maioria PSD.

Há dois anos, uma proposta do PS para atribuir o nome de Praça da Canção à actual Praça 1º de Maio foi chumbada pelos autarcas laranjas na assembleia municipal. No meio da polémica, a medalha do município só agora foi entregue ao poeta, tendo em conta a sua obra literária que «imortaliza Águeda, a sua raiz, como musa inspiradora».

Manuel Alegre afirmou que para si «o assunto está ultrapassado», salientando a «grande satisfação por todos os representantes eleitos pelo povo de Águeda o reconhecerem, principalmente na poesia». O poeta negou qualquer afastamento à sua



terra, frisando que mantém a casa onde nasceu (bastante danificada pelas últimas cheias), local onde Alegre diz continuar a passar o Natal e outras ocasiões especiais. «A semelhança do que aconteceu no exílio, continuo a acompanhar os jornais da minha terra e estou muito ligado a Águeda», disse.

Revisão constitucional

Reciprocidade de direitos políticos Portugal/Brasil para o Parlamento

O ministro dos Negócios Estrangeiros remeteu no dia 5 para a revisão constitucional extraordinária e para o Parlamento a responsabilidade de uma eventual aceitação de reciprocidade de direitos políticos entre cidadãos portugueses e brasileiros.

Interrogado pela Imprensa, Jaime Gama garantiu que a questão da reciprocidade de direitos políticos «não é um problema diplomático entre Portugal e o Brasil e nunca assim foi colocado pela parte brasileira».

«Trata-se de uma matéria de revisão constitucional, que é da exclusiva responsabilidade da Assembleia da República» e que está a ser «apreciada serenamente» naquele órgão de soberania, sustentou o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros.

Para secundarizar a importância da

reciprocidade de direitos políticos, Gama preferiu sublinhar que, nos últimos anos, «o investimento acumulado entre os dois países cresceu 70 vezes» e que os governos de Portugal e do Brasil «já resolveram todas as questões relativas a situações de igualdade de direitos».

De acordo com o chefe da diplomacia portuguesa, na sequência da assinatura do tratado de Porto Seguro entrarão em vigor, a partir da próxima cimeira luso-brasileira, a 4 e 5 de Setembro em Brasília, medidas para baixar o tempo de residência, no sentido de se obter estatuto de igualdade e de regular com direitos iguais equivalências académicas e de acesso à profissão. Gama referiu ainda avanços para flexibilizar a legislação no domínio do regime jurídico para a constituição de empresas brasileiras em Portugal ou para a formação de empresas portuguesas no Brasil.

Reforma fiscal

Alterações na tributação com incidências globais

O primeiro-ministro, António Guterres, admitiu, no passado dia 6, que o estudo do ministro das Finanças para eventuais alterações no sistema tributário português poderá ter uma incidência global, e não apenas no domínio das mais-valias.

De acordo com Guterres, as eventuais alterações no sistema fiscal «poderão não ter apenas incidência no domínio das mais-valias».

«Poderão ser gerais, até em relação a

outros aspectos» da reforma fiscal, declarou.

O chefe de Executivo socialista voltou a justificar o estudo do ministro das Finanças sobre o sistema tributário português com base no que está a acontecer em vários países da União Europeia, mudanças que afirmou terem como objectivo garantir a competitividade dos diversos países.

«Portugal não pode alhear-se deste movimento», acrescentou.

GUTERRES PROMETE FAZER DA BEIRA BAIXA UMA DAS REGIÕES MAIS ATRACTIVAS

O primeiro-ministro, António Guterres, despediu-se no dia 7 de mais um «Governo em diálogo» com uma forte recepção popular em Castelo Branco e com a promessa de fazer da Beira Baixa, até 2010, uma das regiões mais atractivas do País.

Ao longo de dois dias de visitas a concelhos do distrito, onde lançou diversos programas em várias áreas, o primeiro-ministro ignorou os ataques que lhe foram lançados pelo líder do PSD, assim como perguntas dos jornalistas sobre o facto das sondagens apontarem uma progressiva queda do PS, em benefício do PSD.

Confrontado por duas vezes com a acusação de Durão Barroso de que o Governo socialista é actualmente «um nado-morto», António Guterres apenas lamentou que alguém da oposição «diga essas coisas», frisando estar no distrito de Castelo Branco «para resolver os problemas das pessoas». Só por uma vez, antes de presidir à sessão de apresentação do programa de pormenor Polis para Castelo Branco, o primeiro-ministro se referiu directamente ao PSD e para negar a ideia de que o seu Governo se prepara para cortar nos investimentos públicos.

«Pelo contrário, estamos agora a fazer no interior do País investimentos que o PSD nunca quis fazer. Ainda hoje, na Assembleia da República, o PSD me critica por estar a construir a auto-estrada da Beira Interior», reagi.

Quando interrogado sobre as mais recentes sondagens, o primeiro-ministro afirmou: «Não trabalho para sondagens.»

A seguir a estas palavras, Guterres, invariavelmente, mostrou obras, reivindicando como apostas do seu Executivo a construção da auto-estrada da Beira Interior, ou da barragem do Salgueiro/Cafede, a extensão da rede de gás natural ao interior do País, a electrificação da linha de caminho de ferro da Beira Baixa e o lançamento de sistemas de abastecimento de água e de saneamento no distrito de Castelo Branco.

No último ponto do programa do «Governo em diálogo», no Cine-Teatro de Castelo Branco, perante cerca de mil pessoas, o primeiro-ministro prometeu tornar esta região numa das zonas mais atractivas do país em termos de investimentos e para a fixação de pessoas.

«A nossa estratégia para o interior do País ainda está no princípio, mas os resultados começam a aparecer», sustentou, já depois de ter lançado indirectamente fortes acusações ao período em que o PSD governou o País com maioria absoluta.



«Não queriam que aqui existissem auto-estradas nem gás natural. Este distrito estava em morte lenta», disse, reforçando esta posição com a sua experiência pessoal há 20 anos, quando demorava mais de sete horas para se deslocar de comboio da freguesia de Donas (a terra dos seus pais, no concelho do Fundão) até Lisboa.

No «Governo em diálogo», na Beira-Baixa,

os presidentes das câmaras de Oleiros, Covilhã e Tomar, todos do PSD, dirigiram-se sempre a Guterres com grande cordialidade, misturando pedidos de mais apoios por parte da Administração Central com elogios ao trabalho do Governo a favor do interior do País, ou ao ministro do Ambiente, José Sócrates.

O ministro do Ambiente esteve presente em

todos os pontos do programa e apresentado alguns dos principais projectos de investimento no distrito de Castelo Branco. Das frases proferidas pelo presidente da Câmara de Castelo Branco, Joaquim Mourão, também ficaram para a memória as referências a José Sócrates como um «homem de acção», que quer «passar à obra», e os elogios à sua visão estratégica.

Guterres lança sistema multimunicipal de saneamento

O primeiro-ministro, António Guterres, lançou no dia 7, último dia do seu périplo pela Beira Baixa, no âmbito da iniciativa «Governo em diálogo», o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais das zonas da Raia, Zêzere e Nabão, cujo projecto envolve um investimento de 34 milhões de contos.

Este sistema integra os municípios de Alvalázere, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Idanha-a-Nova, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Sertã, Tomar e Vila Velha de Rodão, estando a sua conclusão prevista para

2006.

Na cerimónia, em que esteve também presente o ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, o chefe do Governo disse que ainda na década de 80 «Portugal tinha problemas ambientais próprios de um país do terceiro mundo».

«Tínhamos centenas de lixeiras a céu aberto, resíduos sólidos por tratar, incineradoras hospitalares sem qualquer controlo», acrescentou.

50 milhões de litros de água

No presente, segundo Guterres, «Portugal começa a ser solicitado para intervir noutras

zonas do mundo, mesmo em países desenvolvidos», sustentou depois de elogiar a cooperação que tem existido entre os municípios e o poder central em matéria de ambiente.

O sistema multimunicipal da Raia, Zêzere e Nabão terá capacidade para fornecer diariamente 50 milhões de litros de água a uma população de 200 mil habitantes estando também dimensionado para recolher e tratar um caudal diário de 30 milhões de litros de esgoto doméstico e industrial.

Actualmente, apenas 48 por cento das pessoas da área de intervenção são servidas por sistemas de saneamento.

TRATAR EM VEZ DE PUNIR

«Antes tratar que punir» foi o lema sublinhado, no dia 6, em Leiria, na apresentação do novo programa do Governo de combate à toxicod dependência, no qual a descriminalização do consumo de drogas é a principal novidade.

A criação de 18 Comissões para a Dissuasão da Toxicod dependência, uma por capital de distrito, marca uma viragem na orientação das políticas de prevenção e combate ao consumo de drogas ilícitas, como referiu o secretário de Estado Vitalino Canas.

«Segunda-feira processámos uma reforma tranquila do sistema de há 30 anos, que não produzia resultados, tendo-se até registado um aumento do consumo nesse período», disse o secretário de Estado da Presidência, a propósito do conjunto de medidas que começou a ser posto em prática no dia 2 de Julho.

«Finalmente entendemos que os consumidores são vítimas de um crime e não actores. Por isso, devemos dar condições para que o consumidor se trate,



continuando a perseguir e a combater duramente o tráfico», afirmou o governante. Na nova lei, «quando há consumo não há crime. O que há é um acto que alguém pratica sem saber o que faz ou sem alcançar os efeitos do que faz, sendo vítima do traficante», frisou.

Vitalino Canas considera que se inverteu a lógica anterior: «Agora pensamos primeiro no tratamento e só depois, se ele não resultar, na punição», sublinhou, realçando o lado inovador da nova lei.

«Em Espanha e Itália onde há políticas igualmente descriminalizantes do consumo, as estruturas são essencialmente sancionatórias. Em Portugal defendemos que devem ser, antes de mais, dissuasoras», acrescentou.

Contudo, o secretário de Estado considerou, por outro lado, não ter sido quebrado o consenso nacional, pois «o consumo de drogas ilícitas continua a ser considerado prejudicial para a saúde de quem consome e também profundamente prejudicial para a ordem social e a saúde pública. Por isso deve continuar a ser

proibido e sancionado».

O ministro da Justiça, António Costa, por seu turno, destacou, na apresentação do novo programa, o seu carácter «aliciante», referindo que, «como novidade que é, envolve também riscos».

«Esta lei tem dois aspectos muito positivos: é a concretização fundamental da reforma do sistema legislativo, porque muitos dos processos que antes iam para os tribunais deixam de ir, e ajuda a distinguir o que é o consumo e o que é o tráfico», afirmou António Costa.

O ministro sublinhou, ainda, que, a partir de agora, «a sanção não é o castigo pelo castigo. Não se quer a sanção de pronto-a-vestir e para cada caso é preciso ver qual é a sanção que melhor pode fazer ganhar a pessoa para o tratamento. A sanção tem de ser factor de motivação para o tratamento».

António Costa revelou, também, haver indicadores que a acção policial contra o tráfico tem sido mais eficaz: «Assim o indica o preço da grama de droga, um indicador precioso.»

REGULAMENTADA QUARTA FASE DE PRIVATIZAÇÃO DA BRISA

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 5, uma resolução que regulamenta a quarta fase do processo de privatização do capital social da Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA.

Este diploma vem estabelecer os intervalos dentro dos quais o ministro das Finanças ou, em caso de delegação, o secretário de Estado do Tesouro e Finanças precisará as quantidades exactas de acções a alienar no âmbito da Oferta Pública de Venda.

Nos termos do decreto-lei n.º 177-A/2001, de 7 de Junho, que aprovou a quarta e última fase do processo de privatização da Brisa, ficou definido que a quantidade de acções a alienar será igual à totalidade das acções por privatizar detidas pelo Estado, ou seja, 14.292.010 acções da Brisa, representativas de 4,764 por cento do capital da empresa.

A quarta fase de privatização da Brisa será realizada através de uma Oferta Pública de Venda (OPV) no mercado nacional e de uma Venda Directa a um conjunto de instituições financeiras, que se obrigam a proceder à dispersão das acções.

A OPV terá por objecto uma quantidade não inferior a 7,5 milhões de acções nem superior a 10 milhões de acções.

Foi ainda definido que as tranches da OPV poderão ser fixadas dentro dos seguintes intervalos, respeitando no seu conjunto os



limites totais da OPV referidos:

- O lote destinado aos trabalhadores da Brisa terá por objecto uma quantidade não inferior a 150 mil acções nem superior a 500 mil acções;
 - O segmento reservado a pequenos subscritores e emigrantes terá por objecto uma quantidade não inferior a 4.500.000 acções nem superior a 8.000.000 acções;
 - O segmento destinado ao público em geral terá por objecto uma quantidade não inferior a 1.500.000 acções nem superior a 4.000.000 acções.
- Foi ainda definido que a Venda Directa terá por objecto uma quantidade não inferior a 4.292.010 acções nem superior a 6.792.010 acções.

O Conselho de Ministros aprovou:

Uma resolução que regulamenta a quarta fase do processo de privatização do capital social da Brisa – Auto Estradas de Portugal, SA;

Uma proposta de lei que transpõe a directiva comunitária, do Conselho, de 29 de Junho de 1998, sobre a manutenção dos direitos do trabalhador em caso de transferência de empresa, estabelecimento ou parte de estabelecimento, através da alteração ao artigo 37º e 127º do Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho;

Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, com as alterações decorrentes da Lei n.º 161/99, de 14 de Setembro, o qual aprova as bases da concessão da exploração do sistema de metro ligeiro da área metropolitana do Porto;

Uma resolução que aprova o aditamento ao contrato celebrado entre a Metro do Porto, SA, e o agrupamento complementar de empresas Normetro e autoriza a revisão dos montantes inicialmente previstos, por força do regulamento do projecto;

Um decreto-lei que constitui a sociedade CostaPolis, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Costa de Caparica, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;

Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o Tratado sobre o Estatuto Jurídico da Eurofor, assinado em Roma, em 5 de Julho de 2000;

Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, a decisão do Conselho, de 29 de Setembro de 2000, relativa ao sistema de recursos próprios das Comunidades Europeias (2000/597/CE, Euratom)

Um diploma que altera o decreto-lei n.º 77/99, de 16 de Março, que regula o exercício da actividade de mediação imobiliária;

Um decreto-lei que estabelece as regras gerais de aplicação da Intervenção Estrutural de Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural «Leader»;

Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Alpiarça;

Uma resolução que nomeia encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para as questões multilaterais de natureza ambiental o ministro plenipotenciário de primeira classe, Manuel Marcelo Monteiro Curto;

Uma resolução que determina que Cristina Eva Viegas Louro passa a desempenhar a título gratuito as funções que vem assegurando como gestora do sub-programa «Integrar»;

Uma resolução que exonera, a seu pedido, Abel Fernando Vinagre e Silva e nomeia Elsa Maria Roncon Santos para o cargo de vogal do Conselho de Administração da REFER, EP.

AGRICULTURA

Saldo positivo nos apoios ao cooperativismo

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, fez no dia 7 um balanço «muito positivo» da aplicação dos vários instrumentos políticos de apoio ao movimento cooperativista, que actualmente representa um milhar de organizações do sector agrícola.

«Temos um conjunto de instrumentos, alguns deles inovadores, de apoio às organizações agrícolas e às cooperativas, em particular, de forma a reforçar a capacidade técnica, os meios humanos, o equipamento e a intervenção na sua área de influência», referiu o governante em Coimbra, onde presidiu à sessão solene do Dia Internacional das Cooperativas.

Segundo Capoulas Santos, «não há programas que não tenham dificuldades em ser aplicados» e, neste momento, «o saldo é muito positivo no que diz respeito aos diversos mecanismos em que o Estado e as cooperativas agem em parceria».

Sobre a transferência de funções para as associações de agricultores, afirmou que elas nunca foram tão amplas como hoje: «Anualmente, pagamos já mais de 1 milhão de contos às organizações de agricultores para exercerem funções que anteriormente eram do Ministério da Agricultura».

Realçou que foi transferida a «totalidade das candidaturas aos instrumentos de política de apoio que estão neste momento em vigor e que são cerca de uma centena de milhar» e que foi implementado o sistema nacional de identificação e registo de bovinos, «peça essencial para que as exportações de carne possam ser retomadas em Portugal».

Na perspectiva de Capoulas Santos, o limite das transferências está em «algumas funções inerentes aos Estado, de planeamento da política, de fiscalização e controlo».



JUSTIÇA

Novas medidas contra o tráfico em preparação

O ministro da Justiça, António Costa, revelou, no dia 6, estar em preparação um conjunto de medidas contra o tráfico de estupefacientes, que visa alargar as fronteiras da acção policial e controlar o registo de bens dos traficantes condenados.

«Estamos a preparar novas medidas que em breve serão apresentadas na Assembleia da República com as quais pretendemos ir mais longe no combate ao tráfico de drogas», afirmou Costa durante a apresentação do novo plano nacional contra a toxic dependência, em Leiria.

Segundo o ministro, as medidas vão procurar que o combate ultrapasse as fronteiras nacionais, «através de equipas conjuntas, um reforço da Europol e acções encobertas de agentes portugueses em Espanha e de agentes espanhóis em Portugal».

«Com estes instrumentos, que julgamos fundamentais, Portugal tem de se afirmar como uma plataforma essencial ao combate à droga na Europa», declarou António Costa, prometendo também para breve a possibilidade de gravações áudio e vídeo e fotografias obtidas por agentes encobertos passarem a constituir provas válidas em processos de tráfico.

Outro alvo do combate à venda de estupefacientes será o lucro gerado nas transacções.

«Actualmente, para agir, é necessário provar que os bens do traficante são resultado do tráfico. Para modificar isso, esperamos apresentar um conjunto de medidas de inversão do ónus da prova, quando o condenado por tráfico tenha bens que excedam os seus rendimentos lícitos conhecidos», revelou.

«O desafio é muito difícil, mas não podemos desistir. O combate ao tráfico de drogas é um investimento que temos de fazer com determinação e persistência», concluiu.



CIÊNCIA

Reforçar cooperação luso-chinesa

O ministro da Ciência e da Tecnologia português, Mariano Gago, chegou a Pequim, no passado dia 10, para reforçar o intercâmbio científico luso-chinês.

Além do seu homólogo chinês, Xu Guanhua, nomeado em Fevereiro passado, Mariano Gago encontrou-se com Song Jian, vice-presidente da Conferência Política Consultiva do Povo Chinês.

Portugal e China têm um acordo de cooperação científica e tecnológica cujo programa é renovado de três em três anos, e estão também associados num Centro de Estudos Para a História das Ciências, com sede em Pequim.

É a «casa da cooperação científica luso-chinesa», segundo a expressão utilizada por Mariano Gago na inauguração do Centro, em 1999, e dedica-se ao estudo do papel desempenhado por centenas de missionários portugueses na divulgação da cultura científica europeia na China, nos séculos XVII e XVIII.

O ministro português regressa hoje a Lisboa.



PESCAS

Mais patés de peixe nos restaurantes

O secretário de Estado das Pescas apelou, terça-feira, aos proprietários de restaurantes para que apostem, este Verão, nos patés de conserva, que apontou como «um bom exemplo de diversificação das conservas portuguesas».

Reconhecendo que as conservas de peixe, nomeadamente as de sardinha, estão a perder adeptos entre os mais jovens, José Apolinário defendeu a «slow food» e a «dieta mediterrânica» contra o primado da «fast food».

O governante falava em Faro, durante uma sessão de degustação de petiscos gastronómicos baseados na sardinha portuguesa, que decorreu na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve.

Na mesma ocasião foi assinado um protocolo de colaboração entre o Instituto Nacional de Formação Turística e a Associação Nacional dos Industriais das Conservas de Peixe, visando a promoção das conservas de peixe na dieta alimentar dos portugueses.

«Os industriais devem apostar na diversificação da apresentação dos produtos», afirmou Apolinário, que lamentou a fraca apetência dos novos mercados pelo consumo de conservas de sardinha.

Segundo o secretário de Estado, a maioria das conservas vendidas em Portugal passaram a ser de atum, o que implicou um aumento das importações conserveiras, uma vez que decresceu em Portugal, sobretudo na Madeira e nos Açores, a captura daquele peixe.

O mesmo responsável invocou o «impulso do consumo», ao nível das prateleiras dos hipermercados, como uma das razões do sucesso da concorrência espanhola em Portugal, invocando as diferenças de peso e qualidade entre vários tipos de produto aparentemente iguais.

Apelou aos industriais conserveiros e aos consumidores para que apostem nas marcas próprias, em detrimento dos «produtos brancos», cuja proveniência é, muitas vezes, desconhecida.

O consumo de conservas portuguesas será objecto de uma campanha de sensibilização nos próximos três anos, envolvendo um investimento aproximado de 170 mil contos.



CULTURA

Porto 2001 entre os dossiers mais urgentes

O novo ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, considerou, no dia 8, em Vila do Conde, «a concretização plena do Porto-2001 e o lançamento de Coimbra Capital Nacional da Cultura 2002/3» como os *dossiers* merecedores de «atenção mais urgente» na área da cultura.

No que respeita à Capital da Cultura, «os contactos com a Câmara do Porto e a Sociedade Porto 2001 iniciados pelo ministro Sasportes serão continuados», afirmou Santos Silva.

O ministro falava aos jornalistas à entrada para a cerimónia de encerramento do IX Festival Internacional de Curtas-Metragens de Vila do Conde, onde chegou acompanhado por Teresa Lago, a presidente da Porto-2001.

Santos Silva citou ainda como merecedores de atenção urgente «algumas questões relativas a várias das instituições artísticas do Estado, designadamente o Teatro Nacional de S. Carlos e o Teatro Nacional de D. Maria».



ESTRASBURGO

Eurodeputados socialistas

MARIA CARRILHO CONSEGUE AUMENTO DAS VERBAS PARA AJUDA A TIMOR

A eurodeputada socialista Maria Carrilho viu aprovado pelo Parlamento Europeu (PE) o seu relatório que propõe um aumento da verba disponível para a ajuda a Timor Lorosae.

«Um sinal muito positivo e muito significativo da União Europeia no plano internacional, que constitui também um incentivo ao trabalho das ONG e do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.» Foi assim que a camarada Maria Carrilho caracterizou, no dia 5, na sessão plenária do PE, o aumento de 36 para 55 milhões de euros das verbas que poderão ser canalizadas para a ajuda às populações deslocadas de Timor Lorosae e de outros países da Ásia e América Latina.

Durante a negociação do seu relatório, a eurodeputada socialista conseguiu o compromisso do Conselho para o aumento de 19 milhões de euros na linha orçamental que se destina a preencher o hiato entre a ajuda de emergência e a ajuda ao desenvolvimento aos deslocados e desenraizados.

Por sua vez, o eurodeputado socialista Paulo

Casaca exigiu numa carta dirigida à Comissão Europeia o aumento do cofinanciamento europeu das medidas ambientais destinadas a proteger espécies vegetais em perigo no arquipélago dos Açores.

Na missiva que dirigiu à comissão europeia do Ambiente, Margot Wallstrom, o eurodeputado socialista afirma ser necessário a implementação de medidas deste tipo, bem como a realização de estudos específicos que tenham em consideração o impacto ambiental nos Açores de políticas como a PAC.

Para o camarada Paulo Casaca, têm constituído bons e cruciais exemplos neste sentido os programas POSEI e outros dispositivos legais específicos, que procedem a uma adaptação das políticas comunitárias à situação das regiões ultraperiféricas.

No entanto, segundo o eurodeputado socialista, as recentes propostas da Comissão para estas regiões, nomeadamente no que respeita à PAC e à regulamentação dos fundos estruturais, «não têm em conta quaisquer preocupações ambientais».

J. C. C. B.

BRUXELAS

Oliveira Martins garante

PORTUGAL VAI CUMPRIR METAS ORÇAMENTAIS

O novo ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, garantiu no dia 9 o «cumprimento escrupuloso» das metas orçamentais e defende o programa de reforma da despesa pública do titular anterior, Pina Moura, perante os seus parceiros do Eurogrupo.

«O Governo português está profundamente empenhado no cumprimento escrupuloso dos compromissos que assumiu no âmbito do programa de estabilidade e convergência (PEC)», disse.

Guilherme d'Oliveira Martins falava em Bruxelas, poucos minutos antes do início de uma reunião dos ministros das Finanças dos países da zona euro.

Na primeira vinda a Bruxelas como titular das Finanças, Oliveira Martins confirmou o empenho do Governo em acabar o ano corrente com um défice orçamental de 1,1 por cento do produto interno bruto para atingir uma situação de equilíbrio em 2004, metas definidas no PEC apresentado por Portugal em Fevereiro último.



LIÈGE

Segurança Social

QUINZE ABORDAM QUESTÃO DAS REFORMAS E PENSÕES

Ministros e responsáveis governamentais dos quinze Estados-membros da União Europeia abordaram no dia 7, pela primeira vez a nível europeu, a questão das reformas e das pensões no Velho Continente.

«É a primeira vez que é organizado um debate sobre o tema» da reforma dos distintos regimes de segurança social na Europa, salientou a comissão europeia para os Assuntos Sociais, Anna Diamantopoulou, que participou no Conselho Informal dos ministros da UE. Na reunião, que decorreu em Liège, na Bélgica, país que assegura desde o início de Julho a presidência da UE, a Comissão

Europeia insistiu na questão da evolução demográfica na Europa, confrontada com o envelhecimento da população.

O ministro belga dos Assuntos Sociais, Frank Vandembroucke, frisou que «não há uma receita única e que cada País terá de escolher o seu método», mas que os Quinze desejam uma «coordenação aberta» neste domínio.

Esta cooperação prevê que os quinze Estados-membros da UE fixem objectivos comuns e que comuniquem a Bruxelas regularmente os progressos feitos, mas cada um é livre de definir a estratégia para atingir esses objectivos.



CHILE

Direitos humanos

AI LAMENTA SUSPENSÃO DOS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS CONTRA PINOCHET

A Amnistia Internacional (AI) lamentou no dia 9 a decisão de uma câmara do Tribunal de Recurso de Santiago do Chile de suspender os procedimentos judiciais contra o ex-ditador Augusto Pinochet.

A suspensão provisória dos procedimentos judiciais contra Augusto Pinochet foi pedida pela defesa do ex-ditador, que justificou o pedido com a deterioração do estado de saúde mental do general, que aos 85 anos padece de várias doenças.

Os advogados de Pinochet invocaram no seu recurso os resultados dos exames médicos realizados a pedido da justiça chilena em Janeiro passado, que concluíram que o ex-ditador sofriria de uma forma de demência «ligeira a moderada», facto que, segundo eles, o isenta de procedimentos judiciais.

«É lamentável que depois de tanto tempo, as autoridades judiciais não tenham conseguido dar uma resposta aos familiares das vítimas do caso Caravana da Morte», indicou justificou a sua tomada de posição com o mau estado de saúde de Pinochet.

O general Pinochet foi inculcado no final de Janeiro pela sua responsabilidade em 75 sequestros e assassinios cometidos pelo comando militar «Caravana da Morte» em Outubro de 1973, um mês após o golpe de Estado contra o Presidente eleito, o socialista Salvador Allende.

Virginia Shoppee acrescentou, em nome da AI, «que há outros responsáveis militares igualmente implicados neste caso, e (que ela) espera que os procedimentos judiciais contra estas pessoas prossigam».

A responsável da Amnistia, encarregada do caso Pinochet, reservou outros comentários para a altura da leitura da totalidade da sentença do Tribunal.

A AI foi uma das principais organizações que se constituíram como parte civil nas queixas que levaram à detenção de Pinochet a 16 de Outubro de 1998 em Londres, quando efectuava uma visita à capital britânica.

O ex-ditador foi libertado a 2 de Março de 2000 por decisão do Governo britânico, que então justificou a sua tomada de posição com o mau estado de saúde de Pinochet.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO POR TRÊS MESES PARA NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS

Os nacionais de países terceiros poderão passar a circular livremente durante três meses no espaço da União Europeia (UE) mediante um título de viagem válido, de acordo com uma proposta avançada, em Bruxelas, por António Vitorino.

A proposta de simplificação e uniformização das regras para a circulação de nacionais de países terceiros no interior da UE, apresentada sob a forma de directiva comunitária pelo comissário da Justiça e Assuntos Internos, só prevê a necessidade de visto ou de autorização de residência, se tal for necessário.

O direito de livre circulação por três meses a nacionais de países terceiros aplica-se a todos os Estados-membros da União - à excepção do Reino Unido e Irlanda -, bem como à Noruega e Islândia (que não pertencem à UE).

A autorização de circulação no espaço comunitário pode ainda ser alargada a seis meses mediante uma autorização específica.

Em ambos os casos, os nacionais de países terceiros têm de dispor dos meios de subsistência necessários para cobrir as despesas de permanência e não terem sido identificados como pessoas indesejáveis ou que ponham em causa



a ordem pública de qualquer dos Estados.

O objectivo é regulamentar as condições de entrada para «várias categorias de pessoas, cuja situação não seja assimilável a imigração» e que tenham um «interesse legítimo» em prolongar a sua permanência no território da União. A livre circulação de seis meses (sem exceder três meses no território de um mesmo Estado-membro) abrange os turistas, mas destina-se sobretudo aos «investigadores, artistas em tournée, pessoas de visita a familiares, hospitalização e convalescença», entre outros.

Os nacionais de países terceiros detentores de autorização de residência emitida por um Estado-membro estão dispensados da obrigação de visto.

A directiva proposta por António Vitorino tem ainda por objectivo tornar mais transparente e agrupar, num mesmo instrumento jurídico, todos os elementos soltos que definem as condições para o exercício da liberdade de circulação para os nacionais de países terceiros.

A entrada em vigor destas regras unificadas, propostas pelo comissário de nacionalidade portuguesa, fica pendente da aprovação pelos ministros da Justiça e Assuntos Internos dos Quinze.

REGRAS COMUNS PARA ENTRADA DE «IMIGRANTES ECONÓMICOS» NA UNIÃO

Os imigrantes que queiram residir e trabalhar na União Europeia (UE) vão dispor em breve de regras comuns de acesso ao mercado de trabalho, seja qual for o Estado-membro onde queiram exercer a sua actividade.

A proposta dos Quinze, que será quarta-feira aprovada pela Comissão Europeia, visa «melhorar a gestão dos fluxos» de imigrantes que pretendam estabelecer-se e trabalhar na UE e assenta na constatação de que a «imigração zero» é «simplesmente ilusória».

Esta uniformização de regras enquadra-se na emergente política comunitária de asilo e imigração a que o comissário da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, está a dar corpo desde a cimeira de chefes de Estado e de Governo de Tampere (Finlândia).

Apesar de manter intacto o poder discricionário dos Estados-membros para

aceitar ou recusar a admissão no seu território dos «imigrantes económicos», a legislação proposta fixa «procedimentos» e «critérios» que deverão passar a ser comuns no espaço da União.

Entre as regras comuns propostas está, desde logo, a obrigatoriedade prévia de o imigrante obter uma autorização de residência e de trabalho com a duração de três anos junto das autoridades do Estado-membro para onde se queira deslocar e exercer a sua actividade.

Para tal deverá apresentar prova da existência de um acordo para preenchimento de um posto de trabalho numa empresa comunitária e deverá atestar, simultaneamente, que possui recursos financeiros suficientes e de um seguro de doença para se manter no Estado-membro para onde se desloque.

O instrumento proposto permite ainda às pequenas e médias empresas demonstrar de uma forma «satisfatória» e «rápida» a

necessidade de recrutar nacionais de países terceiros, mediante a existência de uma «carência real» da mão-de-obra de que necessitam no mercado de trabalho da UE.

Neste caso, a própria empresa poderá apresentar em nome do imigrante que pretenda empregar o pedido para emissão de uma autorização de residência.

O texto da directiva preserva, porém, o princípio que vigora actualmente na generalidade dos Estados-membros segundo o qual um posto de trabalho apenas poderá ser provido por um nacional de um país terceiro após um «exame aprofundado do estado do mercado de trabalho nacional» e desde que um cidadão comunitário não o possa preencher.

Os imigrantes aos quais for concedida a autorização de residência e trabalho passam a beneficiar de um tratamento idêntico ao que é concedido aos cidadãos

comunitários, incluindo o de exercer a sua actividade noutro Estado-membro da União.

A legislação proposta introduz ainda um «mecanismo de cooperação aberta» para acompanhar a evolução das políticas nacionais em matéria de imigração.

Nesta área enquadram-se ainda outras iniciativas de António Vitorino no âmbito da definição de uma política de asilo e imigração comunitária, como a criação de regras mínimas para aceitação de pedidos de asilo nos Estados-membros da UE.

Em Março o executivo comunitário tinha já aprovado uma proposta do comissário de nacionalidade portuguesa para criação de um estatuto de residente de longa duração acessível aos imigrantes que trabalham no espaço comunitário ininterruptamente durante cinco anos, que contempla os imigrantes «que se encontrem em situação legal no território de um Estado-membro» há mais de cinco anos.

O AMANHÃ EM REVISÃO

Dois dos quatro grandes projectos de investimento público programados pelo Executivo socialista, que ultrapassam 3,2 mil milhões de contos, começaram a ser «repensados», na passada quinta-feira, em nome do controlo da despesa pública.

O investimento global previsto neste conjunto de obras, que inclui o comboio de alta velocidade (TGV), o aeroporto da Ota, a terceira travessia do Tejo e o Europeu de Futebol 2004, começará a ter incidência orçamental a partir do próximo ano e prolonga-se até 2020.

Para já, a terceira ponte sobre o Tejo fica uma vez mais adiada e o projecto do TGV só terá uma decisão definitiva no final do ano, depois de reavaliados os custos.

O actual traçado do TGV foi uma opção de Jorge Coelho, quando ministro do Equipamento Social, e está orçamentado em 1,5 a 1,6 mil milhões de contos.

Discutida desde 1987, a introdução do TGV em Portugal tinha o início previsto, na versão que será agora revista, para o segundo semestre de 2003, a ligação Lisboa/Porto deveria estar concluída até 2007 e as restantes linhas até 2014.

A maior «urgência» para a concretização do projecto é garantir os financiamentos comunitários, através do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), que termina em 2006, no valor de 100 milhões de contos. Quanto à nova ponte sobre o Tejo, no eixo Chelas/Barreiro, também uma decisão de Jorge Coelho em 1999, tem um custo estimado em 200 milhões de contos, valor indicativo dado pela Lusoponte, em 2000. O lançamento do concurso internacional para a concepção, construção e exploração da terceira travessia sobre o rio



Tejo estava prevista para o último trimestre deste ano e a sua conclusão para 2009. A opção de Jorge Coelho era uma ponte ferroviária, que previa um tabuleiro reservado a trânsito rodoviário no futuro, que derrotou os que defendiam uma ponte só ferroviária e a construção de um túnel rodoviário entre Algés e Trafalgar.

O contestado novo aeroporto na Ota, cujo projecto o Governo resolveu deixar inalterado, deverá estar pronto antes de a congénere da Portela se tornar insuficiente, deixando de ter capacidade para receber todo o tráfego previsto, o que poderá acontecer, segundo os defensores da construção do novo aeroporto depois de 2010.

O financiamento do novo aeroporto – orçado em 375 milhões de contos, a preços de 1999 – passa por uma parceria com a empresa de aeroportos ANA, que deverá ser, entretanto, privatizada.

A sua localização na Ota foi outra decisão tomada no tempo de Jorge Coelho, em 1999, quase 30 anos depois de se ter começado a equacionar a hipótese de construção de um novo aeroporto em Lisboa.

Também para este projecto só há fundos comunitários garantidos até 2006.

O projecto global da realização do campeonato da Europa de futebol em Portugal inclui, ainda, investimento em acessibilidades avaliado em 15,5 milhões de contos, atendendo aos esperados 4,8 milhões de visitantes estrangeiros.

Este é também o projecto com o prazo de execução mais curto, já que as obras que terão de estar concluídas no Verão de 2003, para possibilitar as verificações de segurança exigidas pela UEFA.

MODERAÇÃO SALARIAL CONTRA ESPIRAL INFLACIONISTA

A «moderação» salarial para impedir uma «espiral inflacionista» foi defendida no dia 10, em Bruxelas, pelo ministro das Finanças, Guilherme d' Oliveira Martins.

«A orientação geral é a da moderação salarial, para evitar qualquer espiral inflacionista, e estamos todos de acordo relativamente a esse objectivo», disse o ministro, à entrada de uma reunião dos titulares das Finanças dos Quinze.

Num encontro dos países do Eurogrupo (UE menos Reino Unido, Suécia e Dinamarca), realizada segunda-feira à noite, voltou a ser realçado a necessidade de «contenção» salarial como forma de se «controlar» a inflação na Zona Euro.



O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, também alertou, em 3 de Julho, que «não se pode prolongar de forma indefinida o comportamento recente de aumento dos custos de trabalho (em Portugal) acima da progressão da produtividade».

Aumentar os salários de uma forma que ignore a evolução da produtividade é «a receita para produzir mais inflação num primeiro momento, a que se segue perda de competitividade e desemprego», acrescentou.

A inflação média anual portuguesa deverá ficar acima dos 4,0 por cento, este ano, segundo as previsões incluídas no boletim económico de Junho do Banco de Portugal,

divulgado no início do corrente mês.

Na primeira vinda a Bruxelas como titular das Finanças, Oliveira Martins confirmou, ainda, junto dos parceiros do Eurogrupo, o empenho do Governo em acabar o ano corrente com um défice orçamental de 1,1 por cento do produto interno bruto (PIB), para atingir uma situação de equilíbrio em 2004, metas definidas no Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado por Portugal em Fevereiro último.

«Houve uma excelente receptividade em relação à exposição que tive oportunidade de fazer, designadamente considerando que Portugal reafirmou o cumprimento escrupuloso dos compromissos a que estamos comprometidos», disse o ministro.

CHEFES DE GOVERNO DEFINEM PARCERIA ESTRATÉGICA

Os primeiros-ministros de Portugal e Cabo Verde, António Guterres e José Maria Neves, assinaram, terça-feira, dia 10, em Lisboa, acordos de índole financeira, na primeira visita oficial do governante cabo-verdiano ao nosso país desde a tomada de posse em Fevereiro último. Um dos acordos refere-se a um empréstimo português de 16,4 milhões de euros (3,8 milhões de contos) para apoio orçamental à economia cabo-verdiana, e outro à reestruturação da dívida cabo-verdiana de cerca de 25 milhões de dólares, escalonada em 25 prestações. O protocolo para o reescalonamento da dívida contraída por Cabo Verde junto de Portugal reporta-se a compromissos no âmbito do *bridge loan* e da facilidade de crédito, instrumentos financeiros existentes entre os dois países desde a assinatura do acordo de cooperação cambial, em Março de 1998.

Durante a visita, a delegação chefiada pelo primeiro-ministro cabo-verdiano assinou também um acordo relativo à participação da Agência Portuguesa para Apoio ao Desenvolvimento (APAD) na Sociedade de Desenvolvimento da Boavista. Em encontros de âmbito ministerial, a delegação de Cabo Verde apresentou propostas nos vários domínios, prevendo-se que, no capítulo da Educação, Cabo Verde solicite a Portugal o envio de mais 30 professores para leccionarem em escolas do arquipélago.

Apoio humanitário

No encontro entre Guterres e Neves, realizado em São Bento, para além do empréstimo e da reestruturação da dívida cabo-verdiana ao Estado português, foram debatidos outros temas que incidiram sobre bolsas de estudo e sistema educativo cabo-verdiano, a reestruturação das estradas da ilha de Santo Antão e a ajuda humanitária ao nível de cuidados de saúde primários na Ribeira Grande.



O Executivo cabo-verdiano fez-se representar, igualmente, pelos seus ministros da Educação, do Turismo, Indústria e Comércio, assim como pelos secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e adjunto do primeiro-ministro.

Estender voto a legislativas e presidenciais

Entre as propostas apresentadas por António Guterres ao seu homólogo destaca-se a ideia de estender os direitos de cidadania da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal, já habilitada a votar e ser eleita nas autárquicas, à participação noutras votações, assunto a debater na próxima revisão constitucional extraordinária.

A intenção de Guterres foi manifestada durante a cerimónia de assinatura de dois acordos de cariz financeiro entre Portugal e

Cabo Verde.

O primeiro ministro português, que não apontou qualquer data para a revisão extraordinária da Constituição, sublinhou que o acordo já existente nesse sentido possa, assim, vir a ser alterado, de forma a que esse tipo de direitos dos membros da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal possa ser estendido a outros domínios «no quadro da reciprocidade».

«Há um conjunto de programas em curso, nomeadamente os ligados ao realojamento e ao acesso ao Rendimento Mínimo Garantido em igualdade de circunstâncias com os portugueses e ao sistema educativo, em que se pretende uma integração normal, sobretudo para a segunda geração», afirmou Guterres. O chefe do Governo português acentuou também que está «profundamente empenhado» em, «progressivamente», melhorar os direitos de cidadania dos

membros da comunidade cabo-verdiana em Portugal, «até que sejam equiparáveis aos concidadãos portugueses».

Guterres afirmou, por outro lado, «não esperar» que o corte das despesas definido no Orçamento Rectificativo, aprovado a 29 de Junho último no Parlamento português, venha a afectar a cooperação portuguesa, até porque ela representa um «vector estratégico» para a «afirmação» da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de Portugal.

É, nesse sentido, lembrou, que os dois acordos assinados (rubricados pelos secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação português, Luís Amado, e cabo-verdiano, Fátima Veiga) pretendem dar continuidade à parceria «estratégica» entre os dois países, dado que Portugal é o principal fornecedor de Cabo Verde.

António Guterres lembrou, por outro lado, que estão em curso as negociações com as autoridades da Cidade da Praia para a conclusão do no Programa Indicativo de Cooperação (PIC), projecto trienal, e que deverá ser rubricado «depois do Verão».

Prémio Camões

O primeiro-ministro, António Guterres, felicitou terça-feira o poeta Eugénio de Andrade, seu conterrâneo (natural do Fundão), pela conquista do Prémio Camões.

«Quero enviar um forte abraço ao meu conterrâneo Eugénio de Andrade, um grande poeta português e que representa aquilo que de mais profundo e autêntico existe na alma e na língua portuguesa», afirmou Guterres, após ter recebido em audiência o primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves.

Também o chefe do Governo cabo-verdiano se quis associar ao voto do seu homólogo português, sublinhando a importância da projecção no mundo da língua portuguesa. José Maria Neves citou depois Fernando Pessoa: «A minha pátria é a minha língua.»

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



PORTUGAL MELHORA DE VIDA

Portugal foi um dos países que mais evoluíram, nos últimos 25 anos, em matéria de condições e qualidade de vida da população, indica o último relatório anual da ONU sobre os níveis de desenvolvimento humano no Mundo.

Elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o relatório de 2001 compara a situação em 162 nações, destacando, nomeadamente, que Portugal, Egipto, Indonésia e República da Coreia «conseguiram aumentos particularmente grandes» dos respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), nos últimos 25 anos.

Enquanto medida do progresso humano, o IDH tem em conta não apenas o rendimento por habitante dos países, mas também outros factores como a esperança média de vida, a alfabetização e o bem-estar geral das populações.

No ranking do IDH em 162 países, Portugal mantém-se na 28ª posição, figurando no grupo das 48 nações com «elevado desenvolvimento humano», o qual é liderado este ano pela Noruega.

Na maior parte dos países, o índice tem vindo a crescer nos últimos 25 anos, mas em algumas nações tem havido retrocessos, como em 20 países de África, designadamente Zâmbia, Suazilândia ou Zimbabué, e na Europa Oriental, casos da Bulgária, Roménia ou Ucrânia.

A Noruega ultrapassou, entretanto, o Canadá, líder nos últimos seis anos, e os Estados Unidos, que caíram do terceiro para o sexto lugar. Um recuo extensivo ao Japão, e alguns países africanos e à países da ex-União Soviética.

Apesar de terem um elevado rendimento *per capita*, apenas superado pelo Luxemburgo, os Estados Unidos ocupam a 12ª posição na escolarização, atrás de países como a Bélgica, Suécia ou Nova Zelândia, e a 24ª na esperança de vida.

Em relação a este indicador, os Estados Unidos (76,8 anos) não só estão atrás do Japão (único país no mundo onde, em média, uma criança nascida actualmente pode esperar viver até aos 80 anos), mas também da Grécia, Espanha e Chipre. A esperança média de vida à nascença em Portugal é de 75,5 anos, valor inferior ao de países como a Costa Rica, Kuwait ou Barbados.

Entre os 48 países com «elevado desenvolvimento humano», o Qatar aparece em último lugar na esperança de vida, com 69,3 anos.

Na cauda da lista do PNUD encontra-se a Serra Leoa, uma das 35 nações com «baixo desenvolvimento humano» (28 africanas) e onde uma criança nascida agora morrerá, provavelmente, antes de atingir os 39 anos. Neste país africano, apenas 32 por cento dos adultos sabem ler, o dobro, no entanto, da taxa de alfabetização de adultos na Nigéria.

Nos antípodas das nações africanas, que têm os mais baixos níveis de alfabetização,



estão países da Europa Central e de Leste, como Hungria, Polónia, Eslovénia, Estónia, Eslováquia, Lituânia, Letónia ou Bielorrússia, onde estes valores estão acima dos 98 por cento.

Os níveis de alfabetização de adultos destes países, alguns deles na lista de nações com nível «médio de desenvolvimento humano», são superiores aos de países com elevado nível de progresso humano como Portugal (91,9 por cento), Espanha (97,6 por cento), Grécia (97,1 por cento) ou Israel (95,8 por cento).

Os países de Leste ocupam igualmente os primeiros lugares no índice de educação, superando o Luxemburgo, Chipre ou Malta, e ficando apenas atrás da Bélgica, Suécia, Austrália, Holanda, Grã-Bretanha e Nova Zelândia, cujo índice é de 0,99.

Entre os países de elevado e médio desenvolvimento, os dois piores na instrução – alfabetização de adultos e educação – são os Emirados Árabes Unidos e Marrocos.

Contrastando com a classificação obtida nos indicadores educacionais, os valores dos países de Leste baixam substancialmente no rendimento por habitante, que é igualmente reduzido em alguns países da América Latina, sul e sudeste asiático e África.

Assim, países de Leste considerados pelo relatório de elevado desenvolvimento humano, como a Croácia, Estónia e Lituânia, têm um rendimento *per capita* inferior ao de nações de médio IDH como a Malásia, Omã ou México.

Também a América Latina se destaca pelos baixos valores do rendimento *per capita*, que se cifram na Nicarágua e Bolívia em 2.779 (cerca de 658 contos) e 2.355 dólares (558 contos), respectivamente.

Estes números são, no entanto, superiores aos 2.037 dólares (482 contos) da República da Moldova, «ex-satélite» da União Soviética, ou ao rendimento *per capita* de países do Sul e Sudeste asiático como o Camboja (1.361 dólares – 322 contos) ou a Birmânia (1.027 dólares – 243 contos).

Os números mais baixos pertencem, contudo, ao continente africano, cifrando-se em 578 dólares (136 contos) o rendimento *per capita* no Burundi e em 448 dólares (106 contos) na Serra Leoa.

Quanto à taxa de desenvolvimento conjunto dos sectores primário, secundário e terciário, Portugal aparece colado à «líder geral» Noruega (que neste indicador cede o primeiro lugar à Austrália) e à frente da Espanha e dos EUA.

Realização tecnológica

Portugal é o vigésimo sétimo país do mundo com maior índice de realização tecnológica, um novo indicador publicado

no PNUD.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2001, Portugal faz parte do grupo dos «líderes potenciais» neste sector, mas é o mais atrasado dos 13 países da União Europeia avaliados (Dinamarca e Luxemburgo ficaram fora desta classificação).

O índice classifica 72 países em relação ao progresso global na criação e utilização de tecnologia.

A Finlândia ocupa o primeiro lugar, seguida dos Estados Unidos, Suécia e Japão.

Segundo o relatório, «a liderança da Finlândia sobre os EUA decorre, em grande parte, do facto de este país possuir uma maior percentagem de pessoas que utilizam a Internet e de indivíduos com formação em ciências avançadas», já que o índice não mede o poderio tecnológico, nem a liderança mundial.

Os incentivos à criação de tecnologia, a difusão das tecnologias recentes e antigas e a qualificação dos recursos humanos são alguns dos itens na base desta classificação.

Por exemplo, o número de patentes atribuídas em Portugal por milhão de habitantes em 1998 foi de apenas seis, a anos-luz dos números finlandeses (187) e norte-americanos (289).

Por outro lado, as exportações nacionais de produtos de alta e média tecnologia, em 1999, representaram 40,7 por cento do total, um valor superior ao registado na Grécia, Hong Kong, Austrália ou Noruega, que ficaram à frente de Portugal neste ranking.

No entanto, a média de anos de escolaridade nacional situava-se, em 2000, nos 5,9 anos, contra os dez da Finlândia ou os 12 dos Estados Unidos, e ao nível de países como a Bolívia, Colômbia ou Irão. «Nem todos os países podem estar na vanguarda do progresso tecnológico», afirmou Nancy Birdsall, conselheira especial do relatório.

«Mas, no actual mercado mundial baseado no conhecimento, todos os países, independentemente do nível de pobreza, têm de criar a sua própria capacidade para aprender a utilizar e adaptar as tecnologias mundiais às suas necessidades locais», acrescentou.

Segundo Birdsall, esta adaptação passa pelo investimento na educação secundária, na investigação universitária e na criação de incentivos para as empresas formarem os seus trabalhadores.

Elaborado anualmente por iniciativa do PNUD, o relatório compara as condições e a qualidade de vida das populações, com base num chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem em conta não apenas o rendimento por habitante (riqueza relativa de um país), mas também outros factores, como a esperança média de vida, a alfabetização, a educação, a tecnologia, a saúde, a segurança, o bem-estar das pessoas, entre outros.

Guterres considera relatório «globalmente positivo»

António Guterres insurgiu-se no dia 10 contra as conclusões negativas retiradas do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a situação de Portugal, sustentando que os resultados são globalmente positivos.

Interrogado sobre os elevados índices registados por Portugal ao nível do impacto da sida, illiteracia, corrupção e desenvolvimento económico e social, em comparação com os seus parceiros da União Europeia, o primeiro-ministro lamentou que muitas das leituras que estão a ser feitas sobre o relatório do PNUD sobre Portugal «só vejam os aspectos negativos».

«Querem dar a entender que o relatório é uma desgraça, mas não é isso», frisou, antes de acentuar que o documento concluiu «que Portugal foi o país que mais evoluiu», designadamente «no esforço com despesas de educação».

«O relatório também demonstra que temos a situação mais favorável da Europa no que respeita à incidência da criminalidade e apenas num único domínio (da corrupção) estamos menos bem a par da França», lembrou o primeiro-ministro.

Mesmo no domínio da criminalidade económica, Guterres apresentou uma visão favorável sobre o futuro, lembrando que o Governo tomou medidas «duras contra o tráfico de droga e o branqueamento de capitais».

Para o efeito, recordou que o Governo inverteu recentemente o ónus da prova sobre a origem das fortunas pessoais de suspeitos de práticas de tráfico de estupefacientes.

PRAGA

Visita oficial

SAMPAIO REITERA APOIO À ADEÇÃO DA REPÚBLICA CHECA

O Presidente da República, Jorge Sampaio, reiterou no dia 10, em Praga, República Checa, o «apoio firme de Portugal» ao alargamento da União Europeia, mas advertiu que os candidatos devem preparar bem a adesão. Por outro lado, Sampaio defendeu a construção europeia com Estados-Nação e um Parlamento Europeu mais forte.

Após um encontro de quase uma hora com o Presidente da República Checa, Vaclav Havel, no Castelo de Praga, Jorge Sampaio manifestou a intenção portuguesa de «contribuir para a aceleração do processo de alargamento», de acordo com os critérios definidos na última Cimeira de Gotemburgo.

Vaclav Havel, dramaturgo e símbolo da luta pela democracia e contra a influência soviética na então Checoslováquia, admitiu que o processo de adesão à União Europeia é «muito demorado».

O Presidente checo apontou mesmo «algum medo» da perspectiva de adesão à UE de alguns países de Leste, mas considerou a situação ultrapassada.

«Penso que essa situação de receio de alguns dos países membros já passou. O sentimento é, agora, mais ou menos comum», favorável ao alargamento, sustentou.

Havel agradeceu depois a Jorge Sampaio o apoio de Portugal à adesão da República Checa à União Europeia, lembrando que os dois países, apesar de distantes geograficamente, têm muita coisa em comum, como a dimensão, a população e o facto de terem ambos enfrentado ditaduras.

O Presidente português escusou-se a conselhos à República Checa nesta fase de pré-adesão: «A um país tão culto e tão orgulhoso da sua História não se dão conselhos, mas sugestões».

Sampaio sublinhou que os países candidatos devem, por um lado, «ter a noção que, independentemente da adesão, há muito trabalho interno que só cada nacional pode fazer» e, por outro, que «é preciso aproveitar os fundos estruturais, sobretudo em favor da sustentabilidade das iniciativas produtivas».

«O projecto europeu, ou é de desenvolvimento solidário ou não o será», acentuou o Presidente português, para quem se torna «indispensável o respeito pelo princípio da igualdade dos Estados». Tal como Vaclav Havel, Jorge Sampaio considerou que a negociação do alargamento da União «não deve demorar tempo de mais», mas salientou que, acima de tudo, «deve ser bem preparada». Sampaio deixou a mensagem de que a



renacionalização das políticas não terá nada de útil para o projecto europeu.

«É absolutamente crucial que o projecto europeu seja feito com o apoio dos cidadãos e com o seu conhecimento», acentuou.

O Presidente português classificou ainda Vaclav Havel de «grande personalidade internacional a todos os níveis, símbolo da

luta pela liberdade e democracia e portador de uma visão de Europa extremamente importante para o projecto europeu».

Havel lembrou a sua ligação a Portugal, onde comprou uma casa recentemente, a sua amizade com Jorge Sampaio e Mário Soares, e concluiu que os «egoísmos nacionais» existem, mas podem ser ultrapassados da mesma forma que as famílias superam as

respectivas divergências.

Por outro lado, o Presidente Jorge Sampaio defendeu a construção de uma «União das Democracias Europeias», constituída por Estados-Nação, e o fortalecimento do Parlamento Europeu, através da criação de uma segunda câmara de representação paritária.

União das Democracias Europeias

Durante a visita oficial à República Checa, a convite do seu homólogo Vaclav Havel, Jorge Sampaio manifestou uma visão da Europa mais próxima da que foi preconizada pelo chefe do Governo francês, Lionel Jospin, e de claro afastamento com a do chanceler alemão, Gerhard Schroeder.

«Devemos evitar querelas de palavras e deixar claro que queremos uma União das Democracias Europeias, constituída por Estados-Nação, mas portadora de uma dinâmica política que permita a estes o exercício conjunto de uma série de competências e lhes devolva os benefícios desta soberania comum», acentuou.

Perante o Presidente da República Checa, país candidato à entrada na União Europeia, Sampaio rejeitou os «conceitos clássicos» de associação de Estados, defendendo que o modelo político a adoptar «terá de ser inovador, como tem sido próprio da construção europeia».

«Nenhum dos conceitos clássicos de associação de Estado, Confederação ou Federação, traduz, por si só, a complexidade do processo de construção europeia», argumentou.

Entrevista Sampaio aconselha calma e cautela

O Presidente português Jorge Sampaio disse segunda-feira à noite que os países com perspectivas de entrada na União Europeia devem evitar pressas e negociar com as devidas cautelas a adesão.

Este foi um dos sinais dados por Jorge Sampaio no primeiro de três dias de uma visita oficial à República Checa a convite do presidente Vaclav Havel, centrada no alargamento da União Europeia.

Em entrevista à televisão checa logo após a sua chegada a Praga, o chefe de Estado português manifestou-se favorável ao alargamento da União Europeia, designadamente aos países de Leste que em melhores condições estão para o fazer.

A República Checa, a Polónia e a Hungria são os países do ex-bloco de Leste que melhores condições reúnem para a adesão à União Europeia.

Jorge Sampaio aproveitou a entrevista para recordar que Portugal aderiu à então Comunidade Económica Europeia 12 anos após a revolução de Abril de 1974 e alertar para a necessidade de serem acautelados os interesses dos países do Leste europeu interessados na entrada na União Europeia.

O Presidente da República sublinhou que os países, como a República checa, que pretendem entrar na União Europeia devem evitar precipitações e empenhar-se em garantir que os seus interesses serão salvaguardados.

Por outro lado, Jorge Sampaio considerou que os empresários portugueses devem aproveitar também a oportunidade que lhes será criada com a entrada da República Checa na União Europeia, evitando ser ultrapassados pelos outros parceiros comunitários.

AMÁLIA

Sampaio afirma

LEMBRANÇA E VOZ DA FADISTA «PERTENCEM AO FUTURO»

O Presidente da República afirmou no dia 8 que a lembrança de Amália Rodrigues «prevalecerá sempre sobre o esquecimento», pois grandes artistas como a fadista «não morrem».

«A sua lembrança, como a sua voz, pertence ao futuro. O canto de Amália será sempre um apelo, uma descoberta, a nossa própria descoberta», enfatizou Jorge Sampaio.

O Presidente da República intervinha na cerimónia formal que assinalou a trasladação dos restos mortais da fadista para o Panteão Nacional, em que estiveram presentes, entre outros, os camaradas António Guterres, Almeida Santos, João Soares, Maria de Belém e Conde Rodrigues.

A biografia de Amália, salientou o Chefe de Estado, «é a história da fidelidade ao coração, à voz, à vocação, ao fado».

«Quando escutamos [Amália], quando ouvimos cantar poemas [de Camões, O'Neill, Manuel Alegre, José Régio, Ary dos Santos, entre outros], damos-nos conta dos múltiplos e assombrosos recursos do seu talento, das metamorfoses do seu génio trágico», declarou Sampaio.

Elevada pelo «povo português» a «símbolo colectivo» da Nação, Amália Rodrigues «fez



da sua voz uma pátria, um bilhete de identidade, um passaporte que nos levou a todo o lado», frisou Jorge Sampaio. O Presidente da República elogiou a carreira de mais de 50 anos de Amália, uma

«das mais gloriosas do século XX» e em que a artista conheceu «o sucesso absoluto» - cantando «nas mais míticas salas de espectáculo de todos os continentes» e dando ao fado uma

«ressonância universal».

Foi uma carreira «feita de carisma» e de uma «entrega total ao público, feita de mistério, generosidade e dádiva», registou Sampaio.

«A obra que nos legou é ao mesmo tempo popular e erudita, antiga e moderna, portuguesa e universal», destacou.

«Houve quem aprendesse Português para entender os seus fados», acrescentou o Presidente da República, citando depois alguns nomes famosos que se referiram a Amália «com apreço excepcional»: Orson Welles, Marguerite Yourcenar, Vinicius de Moraes, Sofia Loren, Yehudi Menuhin, Rudolf Nureyev e Pedro Almodóvar.

«No retiro da Severa, ou no Café Luso, em Tóquio ou em Paris, em Nova Iorque ou em Moscovo, em Telavive ou em Beirute, no Rio de Janeiro ou em Roma, por onde [Amália] passou, foi provocando adoração», sublinhou o Chefe de Estado. Apesar de «uma carreira internacional única», Amália é «alguém que permaneceu sempre muito próximo de nós», disse o Chefe de Estado, honrando - com saudade, gratidão e reconhecimento - a memória da artista.

O Presidente da República, que agraciara Amália com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e que procedeu à sua entrega, a título póstumo, lembrou ainda que a UNESCO editou nos anos 70 um disco com canções da lendária fadista.

EDUCAÇÃO

Ensino superior

RECUSAR FACILITISMO E REGRESSO AO PASSADO

Repensar o papel dos diferentes subsistemas e instituições de ensino superior e de aprofundar a cultura de avaliação foi a ideia defendida, no passado dia 6, em Lisboa, pelo Presidente da República.

Na inauguração da Faculdade de Engenharia da Universidade Católica Portuguesa (UCP), que contou com a presença do secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Lourtie, e do chanceler da UCP, cardeal-patriarca de Lisboa, Jorge Sampaio considerou, a propósito dos problemas existentes no ensino superior, que o «caminho não passa nem pelo facilitismo nem pelo regresso ao passado».

As soluções, advogou, passam também pela adopção de alguns princípios que a Universidade Católica Portuguesa assumiu, como o desenvolvimento de competências, o ensino activo e



experimental e a aprendizagem centrada no aluno.

Relativamente ao futuro do ensino superior, o Chefe de Estado entende que há duas reflexões essenciais. A primeira tem a ver com as «consequências da expansão do ensino superior» e a segunda com as mudanças em curso nos sistemas educativos europeus decorrentes da Declaração de Bolonha.

«O crescimento nem sempre se processou da forma mais adequada, deixando margens a equívocos, o mais grave dos quais é a ideia de que o ensino superior pode criar, sucessivamente, novas instituições, mantendo os padrões de qualidade desejáveis», disse Jorge Sampaio.

A Universidade Católica Portuguesa está a desenvolver um novo projecto no Campus de Sintra, numa área de 32 hectares, situada no concelho de Sintra.

Além de edifícios destinados a facultades, onde se integra a Faculdade de Engenharia inaugurada na passada sexta-feira, estão ainda previstos institutos de investigação e desenvolvimento, a construção de quatro residências universitárias, de dois centros de serviço e de instalações desportivas, entre as quais uma piscina coberta.

A Faculdade de Engenharia, a primeira unidade universitária instalada no Campus de Sintra, iniciou a sua actividade em 2000 com o primeiro curso de mestrado em Engenharia da Saúde e oferece ainda mais três engenharias: Ambiente e Urbanismo, Informação e Civil.

O edifício inaugurado na semana passada significa o investimento de 1,5 milhões de contos, dos quais 45 por cento são fundos provenientes do PRODEP II e os restantes 55 por cento de fundações, empresas e bancos.



Abrantes

Festa Nacional do Basquetebol Juvenil

A cidade de Abrantes foi palco nos dias 6, 7 e 8 de Julho da Festa Nacional do Basquetebol Juvenil 2001 – Cadetes Masculinos.



A organização deste evento desportivo foi da responsabilidade da Associação de Basquetebol de Santarém, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Abrantes, através da celebração de um protocolo de colaboração. Os jogos realizaram-se nos pavilhões municipais de Abrantes, Pego e Tramagal.

Albufeira

Misericórdia trata toneladas de resíduos

A Câmara Municipal de Albufeira vai assinar um protocolo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia local que visa transformar resíduos verdes, nomeadamente os provenientes da limpeza de jardins, cortes de relva, entre outros, através da utilização da compostagem aeróbica.



De acordo com o protocolo, a Santa Casa da Misericórdia passará a receber os resíduos verdes recolhidos pelos serviços da autarquia, irá disponibilizar diversas áreas: área para descarga do material, para trituração, para compostagem e para crivagem e selecção. Irá ainda disponibilizar um conjunto de máquinas e

instrumentos para o devido efeito. Por seu turno, a autarquia assume a recolha e deposição dos resíduos verdes na propriedade da Misericórdia, na zona dos Brejos, e passará a pagar cem mil escudos por mês. O protocolo terá uma duração de seis meses.

Fafe

Câmara aprova programa de apoio a jovens

A Câmara Municipal de Fafe aprovou um programa de apoio a jovens estudantes de estratos sociais desfavorecidos e que não ingressaram ainda no ensino superior. O programa tem uma dotação de 7500 contos, para o ano em curso, e abrange jovens que concluíram o 12º ano de escolaridade mas não conseguiram entrar na Universidade e outros que, apesar de não terem finalizado o 12º ano, renovam a sua matrícula porque mantêm firme o objectivo de virem a ingressar no ensino superior.



No fundo, trata-se de proporcionar a ocupação dos tempos livres desses jovens, em instituições e programas sociais, culturais ou outros, possibilitando-lhes uma gratificação pecuniária mensal.

Lisboa

Projecto «Casa para toda a vida» alargado a 11 juntas

O projecto «Casa para toda a vida», até agora com seis juntas de freguesia aderentes, foi alargado a 11 juntas da capital que pretendem ver resolvidos os pequenos problemas de habitações dos idosos.

No âmbito deste projecto, os vereadores da Câmara de Lisboa aprovaram a atribuição de 10 mil contos a nove das 11 juntas de freguesia, segundo uma proposta da vereadora da Acção Social, Maria Calado.

O projecto, destinado exclusivamente a idosos, prevê pequenas obras nas habitações para melhorar as condições de segurança e conforto através da eliminação de barreiras físicas que, em alguns casos, podem limitar ou impossibilitar a

mobilidade, a segurança e o bem-estar do idoso.

«Este programa consiste na substituição de um chão que escorra por um antiderrapante, na transformação de uma banheira num poliban, ou na simples substituição de uma persiana ou de uma lâmpada», explicou a vereadora.



O programa «Casa para toda a vida» foi criado em 2000, altura em que aderiram seis juntas de freguesia.

«Durante o ano passado efectuaram-se 200 intervenções», disse Maria Calado.

Actualmente estão inscritas 11 juntas de freguesia e, segundo a vereadora, «o programa deverá estender-se a outras juntas».

Juntas de Freguesia, autarquia e Instituto Português de Reumatologia trabalham em conjunto no sentido de melhorar as condições dos idosos.

A autarquia disponibiliza apoio financeiro, formação dos agentes locais e acompanhamento técnico.

As juntas de freguesia, mais próximas dos moradores e conhecedoras dos casos, alertam para as situações mais problemáticas e dinamizam o programa. «O Instituto Português de Reumatologia disponibiliza uma equipa técnica que faz o levantamento das situações e conhece os materiais mais adequados a utilizar», explicou a vereadora.

As freguesias de Coração de Jesus, Encarnação, Mercês, Penha de França, Sacramento, Santa Catarina, São João, Santos-o-Velho, Lapa, São Jorge de Arroios e São João de Brito deverão receber até ao final do ano 20 mil contos para a aplicação do programa.

Penha de França

Boletim informativo

Saiu mais um número do boletim informativo da Junta de Freguesia da Penha de França.

Nesta edição, referente a Julho, que já foi distribuída por toda a população da freguesia, para além de uma completa informação sobre numerosas iniciativas nas mais diversas áreas promovidas pela Junta, o destaque vai para mais uma participação brilhante da marcha da Penha de França no concurso das marchas populares, e ainda para dois espectáculos

de grande qualidade realizados em Abril: um concerto do Coro de S. Amaro de Oeiras, dirigido pelo maestro César Batalha, e um recital de canto e poesia de Carlos Carranca.



Vila Real de S. António

Autarquia leva cidadãos com deficiência à praia

A praia de Monte Gordo prepara-se para receber, ainda durante o mês de Julho, um conjunto de equipamentos e serviços para lazer e tempos livres de pessoas com mobilidade reduzida.

Com o projecto, a autarquia de Vila Real de S. António pretende assumir o lema «Monte Gordo - Uma Praia para Todos!», criando condições para que todos os frequentadores possam usufruir do espaço de lazer, mesmo que sejam portadores de algum tipo de deficiência.



Os cidadãos portadores de deficiência usufruirão de diversos veículos «anfibuggy», que lhes permitirão desfrutar de um banho de mar em condições de absoluta segurança, com acompanhamento de monitores qualificados.

O projecto prevê também a criação de um serviço de transporte até à praia, com recolha de pessoas nas suas residências ou na unidade hoteleira de alojamento. Segundo a autarquia, trata-se de um projecto inovador no Algarve, que poderá contribuir para a implantação de uma rede de recursos especializados e simultaneamente contribuindo para a criação de emprego estável na região.

PS EM MOVIMENTO

BENAVENTE

Artur Saraiva é o candidato do PS

O vereador Artur Saraiva vai ser o candidato do PS à Câmara de Benavente nas eleições autárquicas de Dezembro, revelou em comunicado a Comissão Política Concelhia. Segundo o documento, o PS esteve reunido na sexta-feira à noite e escolheu o actual vereador como candidato à Câmara, governada por António José Ganhão, eleito pela CDU.

Como cabeça-de-lista, as estruturas locais socialistas escolheram outro vereador, Artur Saraiva, que deixou o cargo a meio do mandato, invocando razões de ordem pessoal. Os restantes nomes das listas socialistas no concelho serão divulgados durante o mês de Setembro, refere ainda o comunicado.

BENELUX

Federação solidária com Governo

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux manifestou-se no dia 9 solidária com o Governo português e com o primeiro-ministro, António Guterres, considerando ser «fundamental continuar o caminho das reformas com firmeza».

Em comunicado, aquela federação socialista apela à «firmeza no caminho das reformas e não fazer cedências aos grupos de pressão, designadamente aqueles que querem o desmantelamento do Estado Social que tem vindo a ser construído».

Considerou ainda que a «unidade e coesão do Partido Socialista são factores essenciais para que o projecto socialista seja levado a bom termo».

A Comissão Política da Federação do PS/Benelux, que domingo esteve reunida em Bruxelas, Bélgica, congratulou-se com a criação de uma estrutura da Juventude Socialista na área da Federação de Bruxelas, agora a cargo de Tomé de Sousa.

«Esta é a primeira estrutura de juventude partidária criada na Europa, pretendendo-se assim uma renovação das práticas políticas e das mentalidades, no contexto das comunidades portuguesas», lê-se no documento.

Aquela federação saudou igualmente a criação do Departamento Federativo das Mulheres do PS/Benelux, tendo sido eleita para a presidência Teresa Himans, de Amesterdão.

Na reunião, sublinha o comunicado, foi também feita uma análise das questões da actualidade, na área das comunidades portuguesas, onde se destaca a preocupação relativamente ao ensino da língua e cultura portuguesas na área do Benelux.

COIMBRA

PS confirma Machado

O camarada Manuel Machado vai candidatar-se em Dezembro a um quarto mandato como presidente da Câmara de Coimbra, segundo uma decisão tomada no dia 7 pela Concelhia do PS. Luís Vilar, presidente da comissão política local do partido, disse que meia centena de membros do órgão apoiaram Manuel Machado para protagonizar a candidatura, o que corresponde a «mais de 90 por cento dos votos expressos».

«Não apareceu mais nenhum candidato à Câmara e não houve qualquer divergência na Concelhia quanto ao nome», declarou o dirigente socialista e vereador a tempo inteiro do executivo municipal, com o pelouro do Ambiente, Higiene e Salubridade.

Numa reunião concluída de madrugada, com a participação de 56 dos 61 membros da Comissão Política Concelhia, foram também designados, com uma «votação sensivelmente idêntica», os cabeças-de-lista do PS em 25 das 31 freguesias do município.

Manuel Machado, recorde-se, foi eleito pela primeira vez presidente da Câmara de Coimbra em 1989, mas tinha integrado como vereador os dois anteriores executivos, liderados por Mendes Silva (PS) e António Moreira (PSD).



PENELA

Mendes Lopes é o candidato

O engenheiro civil António Mendes Lopes é o candidato socialista à Câmara Municipal de Penela, no distrito de Coimbra, que pretende «pôr fim ao desgaste» do Executivo do PSD, no poder há duas décadas.

Mendes Lopes afirmou que se apresenta como candidato «para vencer», confiando que «as pessoas vão alterar o sentido de voto, porque, ao fim destes anos todos, já se nota



um cansaço natural» perante o executivo camarário liderado por Fernando dos Santos Antunes.

A sua candidatura não pretende ser «contra ninguém», nem uma disputa partidária – realçou –, mas abranger na sua lista «não só gente ligada ao PS, mas todos aqueles que se revejam no projecto de mudança, independentemente da sua opção partidária».

O socialista, de 39 anos, é actualmente presidente da Junta de Freguesia de Cumieira, de onde é natural, membro da Assembleia Municipal de Penela e adjunto do presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos (PS).

Durante a conferência de Imprensa de apresentação da candidatura, Mendes Lopes afirmou que os responsáveis municipais «não souberam, ou não quiseram, aproveitar os fundos dos anteriores quadros comunitários» para desenvolver este concelho rural.

«Um concelho como o nosso ainda se encontra como um diamante por lapidar. Está por fazer quase tudo que possibilite que as riquezas endógenas sejam potenciadas em benefício de todos», realçou.

Neste âmbito, o candidato defende a criação de uma zona demarcada específica para os vinhos da região de Sicó, «por forma a permitir que essa mais valia que está subjacente à qualidade vinícola fique nas mãos dos produtores», e o fomento da exploração da oliveira e da noqueira.

O engenheiro civil considera que as riquezas do concelho devem deixar de ser promovidas em «fímidas feiras do mel e do queijo do Rabaçal», criando antes uma feira de projecção nacional onde todos os produtos estejam presentes.

Penela tem também «condições ímpares para o aproveitamento turístico, com potencialidades enormes, tanto naturais como patrimoniais», nomeadamente as ruínas romanas do Rabaçal, o Convento de Santo António e as grutas de Talimã, sublinhou.

A construção do futuro Itinerário Complementar 3, cujo traçado, na sua perspectiva, «não poderá afastar-se da actual EN 110», o apoio aos idosos, através da construção de centros de dia e apoio familiar, e a criação de um espaço cultural são outras linhas orientadoras da candidatura.

PENHA DE FRANÇA

Morre Renato Guerreiro Neto

A Secção da Penha de França está de luto. Renato Guerreiro Neto, um dos mais destacados militantes desta estrutura, faleceu na semana passada. Contava 54 anos. Militante histórico da Secção, o camarada Renato Guerreiro Neto foi secretário-coordenador desta estrutura durante grande parte dos anos 80, tendo pertencido ainda a vários secretariados.

Exemplo de activista empenhado, generoso, dedicado, esteve sempre presente, de uma forma desinteressada, nas grandes batalhas travadas pelo partido pela democracia e justiça social, desde o combate ao projecto totalitário gonçalvista à oposição aos governos autoritários, tecnocratas e neoliberais de Cavaco Silva.

À Secção da Penha de França e à família enlutada, o «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências.

UISEU

Convenção autárquica concelhia

O candidato do PS à Câmara de Uiseu, Joaquim Alexandre Rodrigues, defendeu, durante a convenção autárquica concelhia, a colaboração entre vários municípios para resolver problemas comuns.

Actualmente vereador do PS na Câmara de Uiseu, Joaquim Alexandre Rodrigues, critica a actual gestão laranja pela resistência à colaboração com outros municípios.

«Há problemas que são demasiado grandes para serem resolvidos por uma câmara, por maior que esta seja, mesmo que o poder local seja aquela que mais reconhecido e prestígio tem perante os cidadãos», sustentou.

Saudades da palavra camarada

Também presente nesta convenção autárquica do PS de Uiseu, o dirigente socialista e ministro do Ambiente, camarada José Sócrates, depois de afirmar que tem «saudades» do tratamento por «camarada» entre a família socialista, defendeu o ponto de vista de uma política nacional para as cidades.

Sempre com o programa «Polis» como pano de fundo, Sócrates sublinhou a importância da qualidade de vida nas cidades porque «desta – a qualidade de vida – depende a dinâmica económica das urbes e é nas urbes que se ganha o desenvolvimento económico do País».

«É nas cidades que se centram os grandes pontos de crise ambiental e também social e esta situação só se ultrapassa com uma política nacional bem definida, embora a colaboração institucional entre a administração local e central seja fundamental», acrescentou.

COELHO DIZ QUE CRÍTICAS DE CARRILHO SÃO «UM MAU SERVIÇO AO PS»

O coordenador da Comissão Permanente do PS, camarada Jorge Coelho, acusou no dia 8 o deputado e ex-ministro Manuel Maria Carrilho de estar a prestar um «mau serviço» ao partido com as suas críticas sistemáticas ao Governo.

«Num momento em que estamos a trabalhar em coesão para criarmos as condições para o Governo ter um novo impulso e para que as coisas corram melhor, acho que é um mau serviço prestado ao PS», referiu Jorge Coelho, aludindo à entrevista concedida pelo ex-ministro Carrilho ao jornal «Público».

Nessa entrevista, o ex-ministro da Cultura faz um ataque cerrado ao Governo e de uma forma muito particular ao primeiro-ministro, António Guterres.

Durão agitador de fantasmas

Reconhecendo que houve alguns «erros de percurso», Jorge Coelho lançou um «grande apelo» a todos os socialistas para um trabalho em conjunto e coeso para que o partido «possa continuar a resolver os



problemas dos portugueses, sobretudo dos mais desfavorecidos, e Portugal possa continuar na senda do desenvolvimento».

O camarada Jorge Coelho dirigiu-se também ao líder do PSD, Durão Barroso, pedindo-lhe que pare com o «permanente agitar de fantasmas que só levam à desestabilização do País e a que os portugueses, de uma forma não real, tenham a ideia de que o País pode caminhar para um processo de desestabilização».

«Portugal precisa de estabilidade e, com o PS, vai continuar a ter estabilidade», acrescentou Jorge Coelho, garantindo que a recente remodelação vai provocar «um novo impulso» no funcionamento do próprio Governo.

Falando em Valença, distrito de Viana do Castelo, onde participou no lançamento do candidato socialista à Câmara local, José Luís Serra, Jorge Coelho disse levar daquela vila do Alto Minho «um suplemento de alma novo», por ver que ali se reuniram umas largas centenas de pessoas «a dizer que estão com o projecto do PS».

PS aceita reciprocidade de direitos políticos com países da lusofonia

A direcção do PS aceitou incluir o princípio da reciprocidade de direitos políticos com os países de língua portuguesa no processo de revisão extraordinária da Constituição da República.

Em conferência de Imprensa, o dirigente António José Seguro explicou que o Secretariado Nacional do PS, órgão que se reuniu durante a tarde do dia 9, não dispõe de poderes estatutários para aprovar essa decisão como posição oficial do partido no processo de revisão constitucional extraordinário que decorre na Assembleia da República.

Justificando a abertura evidenciada pelos socialistas ao princípio da reciprocidade de direitos políticos, Seguro declarou que «o processo de revisão extraordinária da Constituição apresentou evoluções», razão pela qual «o PS tem de ser fiel aos seus princípios, olhando em cada momento para as melhores soluções».



FERRO RODRIGUES DEFENDE RECANDIDATURA DE GUTERRES

O dirigente socialista Eduardo Ferro Rodrigues defendeu no dia 8 em Pombal, Leiria, a recandidatura de António Guterres nas próximas eleições legislativas, minimizando as críticas de Manuel Maria Carrilho ao primeiro-ministro.

«Penso que o engenheiro António Guterres é o melhor de todos nós e espero que ele seja o candidato do PS nas próximas eleições legislativas», afirmou Ferro Rodrigues.

No discurso de apresentação pública de António José Rodrigues à Câmara de Pombal, Eduardo Ferro Rodrigues, cabeça-de-lista pelo distrito de Leiria nas últimas legislativas apelou à união «à volta do secretário-geral do PS» de forma a contrariar o momento que o partido atravessa.

«Estamos determinados a não ceder e continuar a trabalhar pelo desenvolvimento social do país», garantiu, considerando que os resultados das recentes sondagens não devem mudar a actuação do PS.

No seu entender, o país não precisa de eleições antecipadas, rejeitando as críticas da oposição sobre a necessidade de eleições devido à instabilidade política. A prioridade devem ser as autárquicas de Dezembro, contrapôs Ferro Rodrigues,



embora reconhecendo que os resultados do PS nas eleições também vão depender da prestação do Governo.

«São tanto mais fortes os candidatos de todo o país, como tanto mais forte estiver António Guterres e a direcção do PS», afirmou, apelando a «um impulso das bases» no sentido de «uma grande vitória» em Dezembro.

Numa festa que reuniu alguns milhares de pessoas em Pombal, o candidato socialista à Câmara Municipal, António José Rodrigues, prometeu relançar o concelho «na senda do progresso», fazendo do município «um exemplo e uma referência para o País».



O TRABALHO É A MAIOR FONTE DE DIGNIDADE SOCIAL*

O tema que aqui nos reúne hoje – as condições de trabalho: cenários de mudança e de transformação – reporta-se a um conjunto de elementos estruturantes do mundo do trabalho em geral, e em particular dos modernos sistemas de relações laborais.

Com efeito, questões como a da caracterização do trabalhador e do posto de trabalho, do tempo de trabalho e dos riscos profissionais são associadas em regra ao domínio do que genericamente se tem identificado por área das relações laborais. No entanto, a crescente complexidade que marca as sociedades contemporâneas e os problemas associados aos fenómenos da globalização e da competitividade das economias, por um lado, e a necessidade de atender à dimensão social da globalização e à criação de condições de sustentabilidade e de coesão sociais, por outro lado, têm conduzido ao desenvolvimento de políticas públicas e processos de diálogo social virtuosos, que perspetivem de uma forma integrada e interdependente todas as dimensões relacionadas com o trabalho, com os trabalhadores, com as empresas, em suma, com todos os elementos que de uma forma ou de outra fazem parte do mundo do trabalho.

Diria mesmo que um dos sinalizadores da modernidade sócio-laboral se reconhece no desafio, que é simultaneamente substantivo e político, de olharmos para a realidade laboral com uma perspetiva de conjunto, de cuja síntese resulte a ultrapassagem da tradicional dicotomia questão operária/ questão social.

O desafio a que aludi não interpela apenas os estudiosos das ciências do trabalho, mas sobretudo, os actores, organizações e instituições cujos desempenhos afectam o espaço sócio-laboral.

A este respeito, vale a pena mencionar dois grandes paradigmas cuja preocupação essencial é, justamente, a de dar respostas integradas aos problemas que emergem da realidade sócio-laboral.

É o que sucede com a actividade da OIT, plasmada no conceito de trabalho decente, que tem os seus alicerces nos princípios e direitos fundamentais do trabalho (*core labor standards*) e compreende três componentes principais (1) promoção do emprego; (2) reforço do diálogo social; (3) protecção social; (4) actividade normativa.

Também os esforços de desenvolvimento do modelo social europeu, que combina competitividade com coesão promovendo mais e melhores empregos no espaço europeu deve ser mencionado a este respeito. A consolidação do Triângulo de Lisboa, cuja ancoragem se faz no tríptico emprego, inovação e coesão, deve ser, justamente, referida como uma resposta às necessidades de modernização económica



e social num quadro de garantia e de preocupação com a defesa dos direitos de cidadania.

É neste sentido que se deve sublinhar o facto da política de emprego em Portugal ter passado por um conjunto de profundas transformações, quer numa óptica quantitativa, quer no plano das orientações de base que lhes estão subjacentes. Esta transformação insere-se no processo mais geral de profunda reorientação e aprofundamento das políticas sociais em Portugal, com o qual se interliga de modo muito próximo.

Antes de mais, foram criadas respostas para riscos sociais que estavam a descoberto. O desemprego, hoje, não é uma condição que do ponto de vista político tem como resposta passiva a simples substituição temporária de rendimentos. Hoje, temos uma substituição que foi duplamente activada: espera-se dos beneficiários que aceitem propostas de emprego adequadas e, por outro lado, há uma garantia por parte dos serviços de emprego que todos os desempregados têm uma oportunidade de empregabilidade num prazo máximo de 12 meses.

Tal linha estratégica permitiu, como é sabido, resolver problemas dos mais graves que tínhamos neste campo em Portugal, e melhorar, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, o nosso sistema de emprego e a vida de muitos milhares de cidadãos. Ela é, hoje, aliás, um património valioso da experiência europeia. O chamado processo do Luxemburgo e a estratégia europeia para o emprego, que se desenvolveu a partir dele, permitiram desencadear à escala continental um investimento sem precedentes numa acção concertada – mas profundamente respeitadora da diversidade – para debelar o flagelo do desemprego que durante a década de 90 assombrou a Europa.

Tendo o emprego um papel fulcral nesse contexto, Portugal esteve desde o início na

estratégia para o emprego que se desenvolveu a nível europeu a partir do Luxemburgo, em 1997. E foi também numa óptica de aprofundamento da nossa actuação nesta matéria que, no primeiro semestre do ano passado, não hesitámos em eleger o emprego como uma das preocupações centrais da Presidência Portuguesa, renovando os passos dados desde o Luxemburgo e projectando-o como uma das variáveis-chave dos desafios do futuro da sociedade europeia – e do modelo social que lhe está subjacente.

Foi possível, nos primeiros seis meses do ano passado traçar para a próxima década um conjunto de objectivos estratégicos de longo alcance para a Europa, estruturados em torno da ideia segundo a qual o Modelo Social Europeu só é sustentável através da conjugação dos tradicionais objectivos de crescimento económico com mais e melhores empregos e com mais coesão social, sendo entendidos não enquanto custos a pagar no contexto de um esforço de modernização mas sim enquanto componentes insubstituíveis desse processo. Há, pois, toda uma redefinição do quadro de prioridades europeias em que a competitividade está integrada num modelo social que passa pelo emprego, pela inclusão e pela inovação.

Gostaria ainda de sublinhar que, o tema da qualidade de emprego em Portugal tem necessariamente de passar por um esforço de reinvenção de forma participada das relações de trabalho, aliando velhas reivindicações à capacidade de olhar para as novas condições sociais e económicas do mundo contemporâneo.

O trabalho é a maior fonte de dignidade social; e não creio que não esteja em vias de ser substituído nesse papel. A impossibilidade de acesso a um trabalho digno é o primeiro passo para um câlvio de exclusão que não podemos aceitar.

Temos que lutar por mais oportunidades de trabalho em efectivas condições de dignidade para mais pessoas, oportunidades que garantam a sua realização pessoal, enquanto cidadãos.

Para tal, é necessário recombinar tempo de trabalho e de não-trabalho, por exemplo, para a valorização pessoal e para o lazer; e a relação entre trabalho e protecção social. São necessárias novas formas de trabalho que garantam flexibilidade económica e segurança individual, nomeadamente quanto ao acesso aos recursos adequados a uma vida digna.

Nesta matéria, destacaria dois passos a dar desde já: o aprofundamento da participação dos trabalhadores nas empresas, um domínio onde estamos muito aquém do que pode ser realizado e a reinvenção do diálogo social ao nível sectorial e de empresa. Só assim, poderemos: dar um novo fôlego à contratação colectiva, de modo a actualizar o que é obsoleto; aprofundar a diferenciação sectorial; estimular uma prática de negociação permanente e de respeito por direitos individuais e sindicais.

Neste esforço, que a todos diz respeito, devem ser mencionados os instrumentos que conciliaram a concordância de todos os parceiros sociais e cuja implementação e efectividade contribuirá para mais e melhor emprego em Portugal.

Refiro-me muito concretamente ao Plano Nacional de Emprego, ao Programa Integrado para a Inovação, ao Plano Nacional de Acção para a Inclusão, e os acordos de concertação sobre: Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação e ao acordo sobre: Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e combate à Sinistralidade.

A modernização e transformação do emprego e condições de trabalho passa, necessariamente, por um melhor conhecimento da realidade sócio-laboral. Daí a importância que atribuo a esta iniciativa do DETEFP, por contribuir com este Seminário e com o relatório que lhe dá origem para um conhecimento mais aprofundado das condições de trabalho.

Em conjunto com os Quadros de Pessoal, com o Balanço Social, com o Inquérito ao Emprego Estruturado, com as Estatísticas de Acidentes de trabalho, entre outros estudos, o DETEFP vai produzindo informação que a todos é útil e indispensável para a implementação, monitorização e análise prospectiva sobre o futuro das relações de trabalho.

Minhas senhoras e meus senhores, estou certo que esta jornada de trabalho constituirá um momento importante para todos os que de uma forma responsável e empenhada pugnam por um mundo do trabalho mais digno, decente e democrático.

*Intervenção do ministro do Trabalho e da Solidariedade, no dia 4, no seminário «As condições de trabalho: cenários de mudança e de transformação».

ACTUALIDADE

Jorge Coelho



REGANHAR A CONFIANÇA DOS PORTUGUESES

Com a ampla remodelação efectuada pelo primeiro-ministro, António Guterres, na última sexta-feira, superou-se uma fase onde, como é sabido, muitas coisas não correram da melhor maneira. Antes de mais, é de saudar as pessoas que saíram, porque deram o seu melhor. Com a remodelação, foram criadas novas condições políticas para, de forma determinada e frontal, continuar o projecto do PS e da Nova Maioria, de aposta no desenvolvimento e na solidariedade.

Estão criadas condições para reganhar a confiança dos portugueses, resolvendo os seus problemas e melhorar a sua qualidade de vida. Deste modo, não se entende que, num momento em que se inicia um novo ciclo, os partidos da oposição, nomeadamente os de direita, reajam de forma tão negativa à remodelação que, curiosamente, eles próprios reivindicavam.

Aliás, esta reacção não corresponde ao sentir dos portugueses. De tudo o que ouvi, ficaram palavras de esperança, de benefício da dúvida e, noutros casos, de certeza sobre a defesa dos valores e princípios do PS.

A questão, é que o PSD e o PP, clamam

desesperadamente pela dissolução da AR e pela realização de eleições antecipadas.

Se atendermos aos factos que ocorreram recentemente, pode-se verificar que não houve alterações na composição parlamentar, que o Governo funciona com toda a legitimidade e que, todos os instrumentos necessários ao regular funcionamento do País, foram aprovados pela Assembleia da República em devido tempo.

Saliente-se, inclusive, que nesta sessão legislativa não foi chumbado na Assembleia da República qualquer diploma apresentado pelo Governo e na última sexta-feira foi aprovado o Orçamento Rectificativo.

O líder do PSD fala em impasse, por haver uma divisão do número de deputados entre o PS e os restantes partidos. Esta divisão não é de agora, nem impediu a aprovação de medidas legislativas importantes.

O único facto relevante que leva Durão Barroso a clamar por eleições antecipadas, é que foi divulgada uma sondagem que dá ao PSD umas décimas de vantagem em relação ao PS.

Durão Barroso acha que esta é uma rara oportunidade de aspirar a ser poder. O

líder do PSD tem medo que, este novo ciclo, possa promover uma recuperação da imagem do PS e do Governo. Durão Barroso receia pelo seu futuro e decidiu apostar já.

Só que, ninguém ouviu uma única proposta alternativa. O PSD sonha com o poder mas não tem nada de novo a dizer aos portugueses. Durão Barroso reivindica eleições antecipadas sem apresentar um projecto para o país.

O único objectivo é fomentar uma crise política pensando que nesta conjuntura terá algumas hipóteses de chegar ao poder, embora não sabendo na verdade o que fazer dele para bem do País e dos Portugueses.

É simplesmente uma política de bota-abaximo.

Que facto curioso este, do líder do PSD, só por ter aparecido à frente do PS umas décimas numa das muitas sondagens publicadas, lhe ter subido esse facto à cabeça de tal forma que uma certa humildade que o vinha caracterizando, ter agora sido substituída pela sua actual postura que é de enorme arrogância.

Refira-se ainda que os dois partidos PSD e PP, também clamam pela intervenção do Presidente da República, desconhecendo os seus poderes

constitucionais e o grande sentido de estado que tem caracterizado a sua acção. O Presidente da República já demonstrou que não é manipulável por ninguém, por mais teatro que muitos queiram fazer.

Ao PS e ao Governo cabe resolver o que não está bem e encontrar um rumo e uma orientação estratégica em que o País globalmente se reconheça. Este é o caminho que o primeiro-ministro pretende efectuar e que tenho confiança que fará.

O caminho está traçado e estão escolhidos os protagonistas.

E, depois de terem sido aprovadas e estarem a ser aplicadas as medidas adequadas para proteger as finanças do País, vamos, de forma determinada

e com consciência social, avançar com as medidas necessárias à melhoria da vida dos portugueses.

A hora é de acção e de luta pelas causas que importa defender, sendo certo que nesta situação algo complexa, em que vivemos, não tenho dúvidas que o Governo e o PS saberão estar, como sempre, à altura das suas responsabilidades e promover uma sociedade mais solidária, mais justa, mais moderna e mais avançada.

PERSPECTIVA

Guilherme d'Oliveira Martins



UM DESÍGNIO NACIONAL

Muitos pedem eleições antecipadas, como se essa pudesse ser a solução mágica. Outros pedem que se tomem algumas medidas e o seu contrário – sol na eira e chuva no nabal. Outros ainda dizem que nada vale a pena... no entanto o País tem problemas para resolver imediatamente e não quer um messias político. Deseja sim que os problemas concretos se resolvam. A meio da legislatura, estamos no momento mais importante para pormos à prova a estabilidade – desde que politicamente nos disponhamos a combater todos os fatalismos. Com o Programa da Reforma da Despesa Pública passou-se algo de muito curioso: todos o entendiam como indispensável, mas muitos julgavam ser impossível a um Governo do centro-esquerda aprová-lo e aplicá-lo. Contra esses augures o Programa foi adoptado – não de um dia para o outro, mas em resultado de um trabalho sério e prolongado, previsto logo no Orçamento para 2001, que o Governo dirigiu e legitimou. Houve logo quem

dissesse que era precipitado e que não tinha havido aviso prévio – esquecendo que os compromissos europeus de defesa há muito que estão assumidos. E houve logo quem falasse de um «programa de cortes» e de uma «estratégia de apertar o cinto». Vamos no entanto, por partes: não estamos perante uma travagem cega, mas perante medidas - a serem aplicadas com bom senso e visando a confiança e a coesão social – que permitam podermos continuar a honrar as políticas sociais e o investimento, melhor emprego, educação e formação de qualidade, produtividade, segurança social mais justa e serviço de saúde para todos. É este o caminho sensato para podermos continuar a convergir com os nossos parceiros europeus.

Dir-se-á que talvez seja tarde ou que houve um longo período de gastos excessivos. Quem o diz não tem razão. O país não muda de um dia para o outro – a reorientação da despesa dos últimos anos não poderia ter sido feita de outro modo. Havia que dar mais peso aos sectores

sociais, que investir mais no longo prazo, na educação e na formação (pois só desse modo melhoraremos a produtividade), como fizeram os irlandeses. Não tenho dúvidas de que a expansão da educação pré-escolar, a introdução da avaliação aferida no ensino básico ou a valorização do ensino profissional e artístico vão permitir um grande salto na produtividade. Agora os sectores sociais são chamados a ser mais eficientes. Eis o que está em causa, sem demagogia. Contra a receita neoliberal da desresponsabilização do Estado ou dos cortes cegos temos de saber contrapor a estratégia inteligente da confiança dos agentes económicos e de uma maior mobilização de recursos para as políticas sociais e para o investimento. Eis o que está em causa – contra uma lógica de despedimentos ou da consideração da função pública como bode expiatório.

O bom senso exige, afinal, que a despesa pública seja mais eficiente, para que não prevaleça a lógica do corte dos direitos adquiridos, que alguns começam a

defender. De facto, o problema é político. Como defender realmente o Estado democrático regulador? Como ligar o rigor financeiro e económico e a coesão social? Como valorizar a confiança, a equidade e a eficiência? É o país e o seu futuro que estão em causa. E o bom senso necessário determina que nos limitemos a usufruir ou do sol ou da chuva, mas não dos dois em simultâneo. Compreendemos, afinal, que um grande desígnio nacional tem de ser realizado por todos – o de não nos limitarmos ao conformismo e de nos dispormos, com todas as consequências, a pertencer ao núcleo mais activo, dinâmico e empenhado da União Europeia. Só o conseguiremos, se formos mais eficientes e justos, mais rigorosos e coesos, em suma, se formos determinados no respeito dos direitos e deveres de cidadania. O desígnio apenas necessita de dois requisitos – bom senso e capacidade de dialogar com a sociedade civil. Assumamo-los com audácia.

In-Visão-

REFLEXÃO

Helena Roseta



APERTAR O CINTO EM NOME DE QUÊ?

A hora a que escrevo este texto, não conheço as explicações que Guterres irá dar sobre o estado da nação, o orçamento rectificativo e as 50 medidas de contenção de despesa pública apresentadas por Pina Moura. O debate mediático tem-se centrado sobretudo e como sempre nas caras que podem sair ou entrar no Governo. Esse assunto não me interessa nada: quero é saber as razões daquilo que se propõe. O destino do orçamento rectificativo é conhecido. Irá ser viabilizado pelo PSD com o argumento de que se trata apenas de o Estado pagar despesas já realizadas. Mas a justificação de fundo para o voto do PSD é outra. Durão sabe que um chumbo do rectificativo, neste momento, poderia conduzir à demissão de Guterres. E isto não lhe convém, porque é cedo de mais. Mas também não convém à direita. O «regresso dos patrões», de que todos os dias vamos tendo notícias, é

sintomático. Só não pedem eleições antecipadas porque ainda não decidiram quem é o cavalo em que vão apostar. Guterres já não lhes serve. Apoiaram-no enquanto foi necessário preparar a entrada no euro, assegurar alguma descompressão social, gerir as privatizações e negociar um bom ritmo de entrada de fundos comunitários. Deixou de lhes interessar quando o Governo anunciou e começou a pôr em prática reformas estruturais que são bandeira da esquerda, desde a segurança social à reforma fiscal. Penso, aliás, que as analogias que alguma «entourage» de Guterres faz com o caso de Tony Blair, na esperança que o capital de simpatia do nosso primeiro-ministro lhe valha mais uma vez, não são válidas. Se o grosso dos empresários ingleses preferiu Blair a William Hague, não foi pelo «sorriso de plástico», mas porque Blair está em boas condições para fazer com que a Inglaterra

entre no euro, que os conservadores demonizaram. E esse é um serviço que Guterres já prestou a Portugal.

E o programa de redução de despesa pública? A direita aplaude-o, embora não deixe de responsabilizar o Governo por só agora o apresentar. Mas fá-lo em nome da sua própria convicção de que é preciso menos Estado e que as funções sociais devem ser devolvidas ao sector privado. As oposições de esquerda, naturalmente, contestam.

Que deve, então, Guterres fazer? Em primeiro lugar, falar claro e assumir as decisões do seu Governo com coragem. Tem de pôr rapidamente termo à especulação sobre os ministeriáveis. Não é normal que o PS se comporte como no refrão da velha cantinela infantil: «Passará não passará (...) se não for a mãe da frente, é o filho lá de trás.» Há sempre um «filho lá de trás» para queimar nos momentos difíceis. É um mau caminho para o País e um mau caminho para o Partido Socialista. Temos de ser todos solidários uns com os outros, mesmo quando não partilhemos a responsabilidade por erros cometidos. Também aí devíamos mostrar a nossa diferença.

Mas o mais importante é que o nosso voto no orçamento rectificativo e o apoio que não podemos deixar de dar ao programa de redução de despesas se façam pelas

boas razões. Se há que apertar o cinto, é preciso saber porquê. E ter a certeza que as prioridades definidas são justas e não simples cedências a pressões ideológicas que nos são alheias. Dou um exemplo. Fala-se em moderação salarial da Função Pública. Cada ponto percentual a mais nos aumentos dos funcionários do Estado vale, em números redondos, 20 milhões de contos. Mas só a RTP, num ano, acumulou 34 milhões de contos de déficit. Não seria mais justo começar por acabar com a má gestão de empresas como a RTP, a CP ou o Metro? Ou com cláusulas de rescisão dos contratos de gestores públicos que custam milhões quando há que dispensá-los, sem querer os responsabilizar pelos maus resultados? Poderia dar muitos mais exemplos, mas o essencial é que fique claro que ao apoiar um programa como este, ao defender a necessidade de o Estado apertar o cinto, o façamos sem prejuízo, não apenas das funções sociais que consideramos prioritárias, mas sobretudo de um mínimo de justiça relativa e de autoridade moral que a ética republicana nos impõe. O exemplo tem de vir de cima. É isto que vou defender e é por isto que darei a cara ao tomar as posições que me são pedidas como deputada do PS.

In «Visão»

PARTIDO

Fernando Ka

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O PS é um partido que muito tem falado da integração, mas pouco tem feito nesse sentido, e à medida que o tempo vai passando parece ter esquecido compromissos assumidos desde o seu tempo de oposição para com as minorias étnicas, digo os imigrantes negros e os afro-portugueses. A integração é sinónimo de participação, ou seja, fazer parte de um corpo, ser um dos seus elementos constituintes.

A verdade é que nós negros, entenda-se os que estão filiados no partido, estamos inscritos como membros, mas não partilhámos das responsabilidades partidárias e muito menos ainda dos benefícios delas decorrentes. Somos eternos excluídos, embora pertençamos a um partido que luta desesperadamente contra a exclusão e pela igualdade de oportunidades não só no seu seio, mas também na sociedade portuguesa.

O PS tem envidado o esforço no sentido de estabelecer uma quota partidária entre homens e mulheres em termos de representatividade, quer nos órgãos partidários, quer nos órgãos de Estado, como, por exemplo, na Assembleia da República, medida que considero de grande justiça, mas a justiça verdadeira não olha apenas para um grupo em função da sua expressão numérica. Ela também se preocupa, nem que seja só com um indivíduo. Julgo que a preocupação dos dirigentes do Partido Socialista no caso das

mulheres não tem nada a ver com as injustiças de que elas são vítimas na sociedade portuguesa, mas sim com o seu número de votos; pelo contrário, não haveria motivos para incluírem os negros nas mesmas medidas de correcção das injustiças de que se fala. Ou há justiça ou não há. Se há, então terá de ser aplicada a todos, independentemente de pertencerem a grupos minoritários ou majoritários.

Pois bem, o último Congresso que tanta expectativa gerou junto dos militantes negros do PS, transformou-se numa mera ilusão para os afro-portugueses. Agora tem pela frente uma grande batalha autárquica a qual deve mobilizar os esforços de todos os militantes. Vamos como sempre participar nesse combate político, mas quero desde já deixar um aviso solene de que jamais toleraremos ficar à porta a ver os nossos camaradas brancos a serem os únicos beneficiários da luta comum. Queremos participar na gestão autárquica onde o PS consiga com o trabalho de todos conquistar o poder, quanto mais não seja nos gabinetes, cujos pelouros sejam de grande importância para os municípios, em geral, e particularmente para as minorias étnicas em termos de uma verdadeira política de integração. Não é justo que as câmaras socialistas, designadamente Lisboa, Sintra, Vila Franca de Xira e Amadora, não tenham nenhum africano negro nos gabinetes da presidência e de outras vereações.

*Secção de Benfica

CULTURA

Lino Mendes

O POPULAR E O TRADICIONAL

Ao considerar como prioritária, como de base, a cultura tradicional, de modo algum queremos ou podemos ignorar todas as outras vertentes culturais, nomeadamente o teatro e a música, bem arreigadas no gosto da nossa gente, o teatro com uma acção marcante na vida das nossas sociedades recreativas, e a música, através das filarmónicas, como uma expressão artística bem enraizada na vivência das nossas populações. E se a cultura tradicional não se inventa, mas se investiga, se preserva, se divulga, tudo mais tem a ver com hábitos culturais que se adquirem.

E aqui as autarquias têm um papel fundamental a desenvolver, em especial a nível camarário, sendo então importante que o executivo desenvolva uma gestão conselheira (e município significa todo o concelho) mas continuamos também a pensar que tudo passa ou começa na Escola

onde, na verdade, se formam públicos.

O que somos? O que fomos? O que queremos ser? Acontece ainda que cada terra tem a sua cultura, a sua história, que se expressa na maneira de ser e de estar, nos seus costumes, nas suas tradições. E o amanhã só será coerente e harmonioso, se hoje compreendermos o ontem.

E é aqui que temos as fronteiras do tradicional com o popular, que por vezes se encontram mas não são a mesma coisa. Popular, é tudo aquilo que o povo criou ou adoptou, mas sem que caracterize uma terra ou um povo (por exemplo uma música do Marco Paulo ou do Páco Bandeira). Enquanto o tradicional caracteriza uma (ou mais regiões), por exemplo, o Malhão, o Fandango, o Corridinho, o Vira.

Mas voltando ao teatro e à música, se a qualidade deve ser uma preocupação, não deve ignorar-se que a conquista do público passa também por ir ao encontro dos seus gostos.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto em Albufeira

Amanhã, às 22 horas, não perca o concerto de música medieval, árabe e mediterrânica que Eduardo Ramos dará no salão do Futebol Clube de Ferreiras. «Evolução» é o título do filme que poderá ver, a partir de amanhã e até ao dia 18, no Estúdio Alfa.

A partir de sábado e até ao dia 14 de Setembro, poderá visitar, no Museu Municipal de Arqueologia, diariamente, entre as 14 e 30 e as 20 horas, a mostra «Albufeira e as Artes do Espectáculo».

Recital em Coimbra

Hoje o Teatro Académico de Gil Vicente será palco de um recital de piano a cargo de Aldo Ciccolini, a partir das 21 e 45. Na segunda-feira, dia 16, a Sé nova acolherá o «Requiem de Brahms», interpretado Orquestra Filarmónica de Timisoara, o Coro Lisboa Cantat, Katia Hadjikinova (soprano) e Per Vollestad (barítono), sob a direcção do maestro Laurent Petitgirard.

Teatro em Fafe

A abertura da mostra de pintura de Fernanda Barros está agendada para hoje, às 21 e 30, com a presença da artista, na Galeria Municipal. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, entre as 9 e as 12.30h, e das 14 às 17.30h, bem como aos sábados, das 14 às 17.30h. O Centro Experimental de Formação e Pesquisa Teatral leva à cena «Os Desencantos do Diabo», uma peça encenada por Moncho Rodriguez, no Estúdio Fénix, amanhã, a partir das 21 e 30.

A animação musica chegará à Arcada este sábado, 14, às 21 e 30, com a actuação do grupo Já Qu'É Som. Não perca, no domingo, o espectáculo de guitarra de Ricardo Barceló, enquadrado no I Curso de Construção de instrumentos Antigos Dedilhados, na Quinta do Pombal, Paços.

Artistas em Faro

No âmbito do Festival Internacional Sete Luas Sete Sóis, apresentam-se, no Passeio das Docas, dois artistas europeus, nomeadamente o rapper Jovanotti e o galego Hevia, com concertos marcados para os dias 14 e 17, respectivamente.

Encontros em Guimarães

Os Encontros Musicais de tradição Europeia prosseguem esta noite (22 horas), na Praça São Tiago, com Eliseu Parra, de Espanha. Nos dias 13 e 14, o Campus da Universidade do Minho será palco de um Festival de Art Rock.

Cinema em Lisboa

Amanhã, as salas de cinema lisboetas acolhem quatro fitas estreantes: «Os Filhos do século», de Diane Kury; «Brother», de Takeshi Kitano, «Diz-me Que Não É Verdade», de James B. Rogers e «Uma Rapariga em 100», de Michael Davis. Para os dias 17, 19, 21 e 23 deste mês está prevista a estreia, no Teatro Nacional S. Carlos, do espectáculo «Divara», de Azio Corgi, baseado no drama teatral «In Nomine Dei», do escritor José Saramago. A direcção musical é de Will Humburg, que também assinou a ópera «Blimunda», inspirada no romance do autor de «Memorial do Convento».

Caricaturas na Louzã

«A Conspiração da Aranha», uma película realizada por Lee Tamahori, com Michael Wincott, Mika Boorem, Morgan Freeman e Monica Potter nos papéis principais, estreia amanhã, sexta-feira, às 21 e 30, no Cine-Teatro. No âmbito da iniciativa «Noites de Verão: Música e Animação», promovida pela autarquia local, Pedro Moura e a sua banda deliciarão o público da Praça Sá Carneiro, este sábado, dia 14, a partir das 22 horas. A «Festa da Caricatura – Salão Nacional da caricatura» decorre, até ao dia 29 deste mês, na sala de exposições temporárias do Museu Municipal.

Pintura no Montijo

Encontra-se em exibição, na Galeria Municipal, a mostra do pintor Mário Botas, que estará patente ao público até 25 de Agosto.

Peça em Paredes de Coura

Amanha, o Teatro Noroeste leva à cena a

peça «Mar Revolto», no Centro Cultural, a partir das 22 horas. No mesmo local, mas durante o fim-de-semana (14 e 15), poderá assistir à exibição da película de Lee Tamahori, «A Conspiração da Aranha».

Exposição em Portimão

A inauguração da exposição «Barcos em Terra», de José António Arez Viegas, realiza-se amanhã, dia 13, sexta-feira, pelas 18 e 30, na Junta de Freguesia de Alvor.

Música em Sintra

O Palácio Nacional de Queluz acolhe, no dia 14, às 21 e 30, um concerto da Orquestra de Câmara Escocesa, que contará com a participação do solista Imogen Cooper (piano), sob a direcção do maestro Joseph Swensen. No programa deste espectáculo encontram-se obras de Mozart e Beethoven. No Museu de Arte Moderna, encontram-se patentes ao público as esculturas e fotografias de Susana Solano, que poderá ser apreciada até ao dia 23 de Setembro.

Artesanato em Vila Real de Santo António

A X Mostra de Artesanato de Verão arranca hoje, pelas 20 horas, prolongando-se até à meia-noite, na Praça Marquês de Pombal. No âmbito do VI Festival das 4 Cidades, realiza-se, amanhã, às 22 horas, na zona poente de Monte Gordo, um concurso de novas vozes. No sábado, dia 14, poderá passear pela Feira das Velharias, a partir das 10 horas, na Praça Marquês de Pombal. O Centro de Artes e Ofícios da Manta Rota acolhe, de 18 a 31 deste mês, a exposição de pintura de Dora Pereira.

SUGESTÃO

FESTIVAL DE SON

O son cubano constitui, em diversos formatos musicais, um meio sonoro popular. Desde os duos aos septetos, todos tiveram as suas razões de ser e de existir, todos contaram com os seus intérpretes e momentos de glória. A Orquestra Chapottin, considerada por muitos como a Academia do Son em Cuba, a Glória Matancera, o Septeto Habanero são outros expoentes máximos deste ritmo caribenho e que marcaram a sua evolução nas décadas de 40 e 50. Se quiser experimentar o calor do son só terá de deslocar-se, hoje, quinta-feira, dia 12, até ao Parque Verde, em Coimbra, e assistir ao espectáculo que a Orquestra Chapottin dará, no âmbito do Festival de Son. Além da música de Cuba, poderá desfrutar de bares e bebidas cubanas, apreciar como se fazem os famosos charutos (habanos/puros) e deliciar-se com o artesanato e a pintura regionais de Cuba.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

O único impossível

Mordaças
A um poeta?

Loucura!

E por que não
Fechar na mão uma estrela
O Universo num dedal?
Era mais fácil
Engolir o mar
Extinguir o brilho aos astros

Mordaças
A um poeta?

Absurdo!

E por que não
Parar o vento
Travar todo o movimento?
Era mais fácil deslocar montanhas com
uma flor
Desviar cursos de água com um sorriso

Mordaças
A um poeta?
Não me façam rir!...

Experimentem primeiro
Deixar de respirar
Ou rimar...mordaças
Com liberdade

Cabo Verde
Ovídio Martins
In «100 poemas», 1974

Lançamento

O coração ao pé da boca
de Carlos Carranca

26 de Julho
18h30
Ginásio da Junta de Freguesia
da Penha de França
Av. Coronel Eduardo Galhardo

Apresentação
Vasco Lourenço
Luiz Goes
Ana Clara de Sousa

6ª FILA

Manuel dos Santos



A REMODELAÇÃO

A recente remodelação governamental provocou sentimentos contraditórios.

À euforia de alguns (com Sousa Franco surpreendentemente na primeira linha), opôs-se o cepticismo de muitos.

Genericamente, contudo, a remodelação foi bem aceite pela opinião pública.

Em 1º lugar, porque era esperada, e antes de o ser, tinha sido desejada.

Em 2º lugar, porque o que verdadeiramente importa não é tanto o nome dos executores das políticas, mas sim a qualidade dessas políticas e a eficácia política da coordenação.

Tem o Governo de António Guterres portanto uma nova oportunidade para atingir os seus compromissos e cumprir os designios que definiu.

Não é muito fácil o trabalho que este novo Executivo tem à sua frente.

A Europa vive uma clara situação de crise de crescimento económico e de afirmação social, que se ainda não foi suficiente para a lançar no caminho da recessão, a impossibilita no momento, de consolidar em plenitude todos os seus objectivos.

É indiscutível que o modelo europeu de desenvolvimento que considera a estabilidade das finanças públicas e a moderação dos preços como as

primeiras prioridades, convive mal com situações de dificuldade e reflecte essa má convivência na qualidade das políticas e na satisfação das necessidades sociais.

Ora o momento actual é particularmente exigente em termos de opiniões públicas.

O desafio histórico do alargamento e o imprescindível aprofundamento da coesão social são indispensáveis para que o cidadão comum assuma completamente o projecto de uma Europa de Futuro onde o progresso, a paz, o bem-estar e a equidade social sejam as regras normais na vida dos Estados europeus.

Só com o empenho activo da opinião pública europeia (ou seja de todos os cidadãos) é possível ultrapassar muitas das dificuldades actuais e consolidar esse projecto.

Esta situação é particularmente sensível em Portugal.

Os portugueses têm tido uma grande abertura para a Europa e têm demonstrado uma grande generosidade para com os ideais europeus, incluindo a inevitabilidade do alargamento aos países do Leste.

Continuar neste caminho só é possível se estiver assegurada a normalidade da nossa vida económica e social.

Por isso é que a estabilidade política é um bem sem preço e os que a puserem em causa serão futuramente penalizados.

Em 1 de Janeiro de 2002, Portugal concretizará em pleno, aquele que foi o designio principal da década de 90: a adesão total e irreversível à União Económica e Monetária e a aceitação agora no plano material de uma moeda única.

Será uma oportunidade (mais uma) para alavancar o nosso desenvolvimento e consequentemente garantir o nosso futuro, mas será também um momento particularmente crítico para se aferir do sentido de responsabilidade das políticas públicas.

Elaborar o Orçamento de Estado para 2002, tornando-o um bom instrumento para uma nova política económica e simultaneamente um factor gerador de um amplo apoio nacional é uma responsabilidade inalienável do actual governo.

Julgar a política orçamental apenas pelos seus méritos e evitar crises políticas artificiais é a responsabilidade da oposição.

Ver-se-á em breve quem é capaz de ultrapassar este desafio colocando o interesse nacional acima do interesse partidário.

«(Amália) A sua lembrança, como a sua voz, pertence ao futuro. O canto de Amália será sempre um apelo, uma descoberta, a nossa própria descoberta»

Jorge Sampaio
Panteão nacional, 8 de Julho

«A obra que nos legou é ao mesmo tempo popular e erudita, antiga e moderna, portuguesa e universal»

Idem, ibidem

«Houve quem aprendesse Português para entender os seus fados»

Idem, ibidem

«É tremendamente injusto que as regiões mais destituídas do continente, com rendimento muito inferior ao da Madeira, paguem para que esta se distancie ainda mais delas»

Vital Moreira
Público, 10 de Julho

«Coesão territorial e solidariedade nacional significa que os mais pobres recebam dos mais ricos, e não o contrário»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro

Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

